

GEOVANA TEODORO BARBOSA

**A PSICANÁLISE E A RUA: DIÁLOGOS A PARTIR DO CONCEITO DE DISCURSO
CAPITALISTA**

São João del-Rei
PPGPSI-UFSJ
2023

GEOVANA TEODORO BARBOSA

**A PSICANÁLISE E A RUA: DIÁLOGOS A PARTIR DO CONCEITO DE DISCURSO
CAPITALISTA**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia

Linha de Pesquisa: Fundamentos teóricos e filosóficos da Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Roberto Pires Calazans Matos

São João del-Rei

PPGPSI-UFSJ

2023

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B238p Barbosa, Geovana Teodoro.
 A psicanálise e a rua : Diálogos a partir do
 conceito de discurso capitalista / Geovana Teodoro
 Barbosa ; orientador Roberto Pires Calazans. -- São
 João del-Rei, 2023.
 90 p.

 Dissertação (Mestrado - Psicologia) --
 Universidade Federal de São João del-Rei, 2023.

 1. Psicanálise. 2. População em Situação de Rua. 3.
 Discurso capitalista. I. Calazans, Roberto Pires ,
 orient. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 38 / 2023 - PPGPSI (13.24)

Nº do Protocolo: 23122.017494/2023-85

São João del-Rei-MG, 10 de maio de 2023.

A Dissertação **A PSICANÁLISE E A RUA: DIÁLOGOS A PARTIR DO CONCEITO DE DISCURSO CAPITALISTA**

elaborada por **Geovana Teodoro Barbosa**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRA EM PSICOLOGIA

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Aparecida Rosângela Silveira (UNIMONTES)
Assinado por concordância com ata de defesa realizada por videoconferência

(Assinado digitalmente em 10/05/2023 19:10)

MAGALI MILENE SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPSIC (12.25)
Matrícula: 1424013

(Assinado digitalmente em 10/05/2023 17:25)

ROBERTO PIRES CALAZANS MATOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPSIC (12.25)
Matrícula: 1352922

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **38**, ano:
2023, tipo: **ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **10/05/2023** e o código de
verificação: **75b87724e0**

AGRADECIMENTOS

Nenhum passo em minha trajetória até aqui foi dado sozinha. Durante os anos em que esta dissertação foi escrita, assim como em toda a minha vida, contei com muitas mãos, que foram suporte e carinho. Assim, não posso concluir esta etapa sem agradecer a algumas das muitas pessoas que participaram deste processo.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã, por nunca deixarem de me apoiar e me incentivar a seguir os meus sonhos profissionais, e por sempre se alegrarem com as minhas conquistas - que são nossas. A toda a minha família, agradeço pela torcida constante.

Ao Roberto, meu orientador e o primeiro de tantos laços que eu viria a fazer através da psicanálise, agradeço pelas incontáveis contribuições teóricas ao longo dos últimos anos, e, acima de tudo, por nunca ter deixado de me acolher quando eu duvidava de mim mesma.

À Nívea, pela escuta sempre tão carinhosa de todas as minhas ideias, e pelo companheirismo de todos os dias, na vida e nesta trajetória acadêmica.

À Fernanda, pela companhia e inspiração que foi e é pra mim, da primeira semana da graduação em psicologia até agora, às vésperas de nos tornarmos mestras juntas.

A todas as amigas e amigos que nunca me deixam cair, que me fazem acreditar que eu consigo, que alegam meus dias. Felizmente tenho mais amigas queridas do que eu conseguiria citar, mas sei que se sabem imensamente amadas por mim.

Ao professor José Rodrigues, por ter topado, anos atrás, a proposta de dar os primeiros passos no campo da rua - caminho que culminou nesta pesquisa - e pela generosidade em compartilhar. Aos professores Aparecida Rosângela Silveira, Pedro Laureano e Magali Silva, por suas valiosas contribuições e pela disponibilidade em lerem meu trabalho. Agradeço também pela gentileza em todos os apontamentos.

À UFSJ, pelo apoio financeiro a esta pesquisa, e por ter sido casa para tantos processos de crescimento.

À CAPES, pelo incentivo à pesquisa.

RESUMO

Este trabalho se propõe a pensar um diálogo entre a psicanálise e a rua a partir do conceito lacaniano de discurso capitalista. Para esse objetivo, realizamos uma pesquisa teórica sobre a teoria lacaniana dos discursos, culminando no desenvolvimento do conceito em questão. Em seguida, empreendemos uma discussão sobre a População em Situação de Rua, pensada enquanto um sintoma do discurso capitalista, apresentando, ainda, considerações sobre a forma como esta população é socialmente denominada. Discutimos, ainda, sobre as políticas públicas brasileiras nos anos recentes, bem como sobre o espaço público e seus atravessamentos diante do laço social capitalista. Por fim, realizamos uma discussão sobre o que aqui chamamos de clínicas de rua, propondo-nos a pensar a inserção da psicanálise nesse campo. Para isso, apresentamos um percurso histórico sobre as clínicas psicanalíticas de rua, realizamos uma discussão sobre o conceito de sujeito, chave para pensar a práxis psicanalítica, e trazemos uma argumentação sobre alguns dos dispositivos clássicos da psicanálise, como o dinheiro e o divã, para pensar sua atuação fora do setting tradicional. A partir dessa discussão, defendemos a ideia de que, centrando-se no campo da fala, a clínica psicanalítica pode sustentar discursivamente os manejos, desde que sejam respeitadas sua estratégia e sua política, e se inserir no espaço público enquanto um movimento que resiste à sua cooptação pelo valor-de-troca.

Palavras-chave: População em Situação de Rua, Discurso capitalista, Espaço Público, Políticas Públicas

ABSTRACT

This work proposes to think about a dialogue between psychoanalysis and the street based on the Lacanian concept of capitalist discourse. For this purpose, we carried out theoretical research on the Lacanian theory of discourses, culminating in the development of the concept in question. Then, we undertake a discussion about the Homeless Population, thought as a symptom of the capitalist discourse, also presenting considerations about the way this population is socially denominated. We also discussed Brazilian public policies in recent years, as well as the public space and its transformations in the face of the capitalist social bond. Finally, we held a discussion about what we call street clinics, proposing to think about the insertion of psychoanalysis in this field. For this, we present a historical journey about the psychoanalytic street clinics, we carry out a discussion about the concept of subject, a key to thinking about the psychoanalytic praxis, and we bring an argument about some of the classic devices of psychoanalysis, such as money and the couch, to think of its work outside the traditional setting. Based on this discussion, we defend the idea that, focusing on the field of speech, the psychoanalytic clinic can discursively support the managements, provided that its strategy and policy are respected, and insert itself in the public space as a movement that resists the its co-option by exchange value.

Keywords: Homeless population; capitalist discourse; public space; public policies

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Fórmula dos discursos.....	17
Figura 2.	Fórmula do discurso do mestre.....	18
Figura 3.	Fórmula do fantasma.....	18
Figura 4.	Fórmula do discurso da histérica.....	19
Figura 5.	Fórmula do discurso do analista.....	19
Figura 6.	Fórmula do discurso do universitário.....	20
Figura 7.	Fórmula do discurso do capitalista.....	21
Figura 8.	Esquema L.....	70

SUMÁRIO

1	PREFÁCIO.....	9
2	INTRODUÇÃO.....	11
	PARTE I.....	16
1	A TEORIA DOS DISCURSOS EM LACAN – INTRODUZINDO..... A NOÇÃO DE DISCURSO CAPITALISTA	16
	PARTE II.....	24
2	EFEITOS DO DISCURSO CAPITALISTA – O PRIVADO E O..... PÚBLICO EM TRÊS PARTES	24
2.1	A População em Situação de Rua: algumas definições sobre o..... público da pesquisa	25
2.1.1	<i>População em Situação de Rua: Sintoma do discurso capitalista?.....</i>	25
2.1.2	<i>A População em Situação de Rua no Brasil – percurso histórico e.....</i> <i>atualidade</i>	28
2.1.3	<i>São João del-Rei e os cuidados à População em Situação de Rua.....</i>	32
2.1.4	<i>Como é falada a População em Situação de Rua?.....</i>	35
2.2	As políticas públicas.....	41
2.3	O espaço público.....	48
	PARTE III.....	54
3	CLÍNICAS DE RUA – O ESBOÇO DE UMA PROPOSTA.....	54
3.1	O sujeito da psicanálise lacaniana.....	56

3.2	Clínicas de rua: Política e História.....	60
3.3	As controvérsias em torno do dinheiro na análise.....	63
3.4	A função do divã na análise.....	70
3.5	Garimpar o ouro das ruas – do que uma psicanálise não pode abrir.....	73
	mão	
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
	REFERÊNCIAS.....	80

1 PREFÁCIO

Esta pesquisa é fruto de inquietações que começaram diversas, fragmentadas, e que, ao longo do tempo e do avançar da minha formação, puderam se unir para transpor o campo da inquietação e se tornarem questão.

Outro dia me perguntaram por que me tornei psicanalista. Eu não tinha uma resposta, mas a que dei foi que, uma vez que a hipótese do inconsciente se apresentou para mim, ela se impôs de uma maneira que não pude voltar atrás. Como algo que se vê e não se consegue "desver", ou melhor, como algo que se escuta e que muda sua percepção de maneira irrevogável. Essa resposta que veio de improviso, como sabemos que tantas vezes acontece, ganhou depois valor de verdade.

Mas há muitas e muitas maneiras de se trabalhar com o inconsciente. E, ao longo da minha trajetória, muitas foram deixando de fazer sentido. Nesse momento, descobri que há psicanálises e psicanálises - e assim se delineou a primeira inquietação.

Enquanto isso, ocupei espaços como cidadã, estudante, futura psicóloga. E, ao ocupar estes espaços, a urgência dos diversos sofrimentos também se impunha. Diante deles, nada do que eu até então havia aprendido, fosse na psicanálise ou não, havia me dado ferramentas ou maneiras para lidar. Escrevo e, escrevendo, sei que estou sendo ambígua: pois o sofrimento que era urgente era também meu, e os meios para lidar não eram só os teóricos, mas também aqueles de que eu, pessoalmente e na minha própria análise, dispunha. Eram os sofrimentos de ser cidadã em uma sociedade que permite a persistência da miséria, da fome, da injustiça social, do abandono, que eram, ao mesmo tempo, tão distantes daqueles dos livros de psicanálise, e, ainda assim, tão próximos, em tudo o que continham de singular. Pois diante de mim se encontravam pessoas que, sim, eram esmagadas pela aridez do momento histórico e social em que vivemos, mas que, nem por isso, haviam perdido o direito e a possibilidade de sofrerem por seus dramas familiares, amorosos, pessoais, em suma, tudo aquilo pelo qual um sujeito, ao se constituir pela linguagem, é interpelado. Que delicada e complexa mistura é o falasser! Pois, se o sujeito lacaniano não tem estatuto ontológico, o falasser nos ajuda a pensar que, se isso fala, fala por meio de uma pessoa, de carne e osso, que sente fome e frio, mas que é, também, falante e falada, e por isso atravessada por um corpo muito mais que biológico.

Talvez tenha sido aí que foi possível perceber que a essa segunda inquietação eu só poderia responder com a primeira: afinal, se há psicanálises, que psicanalista eu posso ser? Pois, se não posso "desescutar", o Inconsciente, também não posso "desver" a dimensão política do

sofrimento diante de mim e, com isso, me questionar a que tipo de escuta e intervenção sou convocada.

Foi fazendo essa pergunta que percebi que há outros autores e psicanalistas que já haviam aberto esse caminho. E é junto deles que tentei começar a discuti-la nesta pesquisa, que é como me foi possível esboçar algumas respostas a estas questões/inquietações e honrar aqueles a quem encontrei no meu percurso profissional, e que escancararam para mim a urgência do sofrimento.

2 INTRODUÇÃO

E não me esquecer, ao começar o trabalho, de me preparar para errar. Não esquecer que o erro muitas vezes se havia tornado o meu caminho. Todas as vezes em que não dava certo o que eu pensava ou sentia - é que se fazia enfim uma brecha, e, se antes eu tivesse tido coragem, já teria entrado por ela. Mas eu sempre tivera medo de delírio e erro. Meu erro, no entanto, devia ser o caminho de uma verdade: pois só quando erro é que saio do que conheço e do que entendo. Se a “verdade” fosse aquilo que posso entender - terminaria sendo apenas uma verdade pequena, do meu tamanho. (Lispector, 2020, p. 95.)

Desde o processo seletivo até o momento da finalização desta dissertação, muito pouco foi como o esperado. O que, a princípio, pareceu uma frustração, pode ser ressignificado diante do fato de que uma pesquisa é feita, também, de descaminhos, de desvios e de brechas, caso contrário, poderia significar apenas a chegada em um ponto que desde o início já se previra, ponto que tem consigo os limites do que é possível projetar. A escrita do anteprojeto acompanhou os primeiros anúncios da pandemia de covid-19 no Brasil, a suspensão de todas as atividades presenciais e os primeiros meses de isolamento. Ao longo do primeiro ano dessa pesquisa, não se sabia se e quando as atividades presenciais retornariam, se seria possível colocar em prática o que, até então, era o centro do anteprojeto: a construção de uma clínica de rua fundamentada na psicanálise, com a intenção de tencioná-la com um conceito que julgamos ser fecundo para pensar a teoria lacaniana e suas contribuições para a compreensão do laço social contemporâneo: o discurso capitalista, tal como proposto pelo psicanalista Jacques Lacan (1992/1991). Nos guiamos pelas leituras e discussões ao longo desse tempo para que, quando ocorresse, a pesquisa de campo se sustentasse em alicerces sólidos.

O avançar do trabalho, porém, foi tornando evidente a necessidade de situar a proposta, na qual se sustentava o problema de pesquisa, em relação ao aparato já previsto para o público constituído pela População em Situação de Rua e aos mecanismos existentes na cidade de São João del-Rei. Além disso, pensamos que, em prol de uma clínica rigorosa em relação aos seus fundamentos teóricos, seria preciso empreender uma discussão sobre as continuidades e descontinuidades de uma clínica de rua em relação à clínica no consultório tradicional.

Esse recuo nos fez colocar em questão a escassez de iniciativas públicas, tanto de âmbito municipal - principalmente diante do fato de que São João del-Rei não se enquadra no limite mínimo populacional previsto para a criação de um Consultório de Rua -, quanto de âmbito federal - âmbito este em que foi possível observar certos avanços no sentido de uma ampliação da discussão sobre a População em Situação de Rua nos anos que se seguiram à redemocratização, mas que, nos últimos tempos, vinha enfrentando severos retrocessos.

Entendendo que, em alguns momentos, olhar detidamente para um campo significa encontrarmos algo diferente daquilo que pensamos procurar, este olhar nos abriu para novas questões. Trabalhar com o espaço público e dialogar com as políticas públicas nos exigia compreender que, longe de inaugurarmos um campo de atuação completamente novo, estaríamos nos inserindo em uma teia já complexa de atravessamentos discursivos, ela própria fecunda em discussões.

Mais uma vez, o conceito de discurso nos pareceu um bom fio para ligar a psicanálise a esta discussão. Como procuramos demonstrar, a noção de discurso vai se delineando no ensino de Lacan desde seus primeiros anos, uma vez que o psicanalista propõe que todos os conceitos que fundamentam a técnica analítica precisam ser compreendidos no campo da linguagem (Lacan, 1998/1966a). Inicialmente, Lacan propõe quatro modos de discurso, que configuram lugares e poderes: o do mestre, da histérica, do analista e do universitário, sendo que, a partir da operação de um quarto de giro de um discurso, se obtém os demais (Lacan, 1992/1991). Destoando-se dos anteriores, o discurso do capitalista seria uma distorção ou corruptela do discurso do mestre, não se organizando propriamente como um discurso, à maneira dos outros (Lacan, 1992/1991). Sendo assim, pensando os atravessamentos discursivos que perpassam esta teia constituída pelo público ao qual nos debruçamos, as políticas públicas e o espaço público na contemporaneidade, interrogamos aqui que conexões e desconexões poderíamos pensar através do conceito de discurso capitalista, sobre o qual Lacan deixou apontamentos instigantes, mas no qual pouco avançou ao longo dos mais de 20 anos de seu ensino.

Propomos que buscar desdobrar essa questão possa trazer contribuições em dois sentidos. O primeiro seria a riqueza da especificidade introduzida pela psicanálise à medida que nos permite tanto analisar quanto mobilizar discursos. Em um texto da década de 50, no qual discute sobre as relações entre psicanálise e criminologia, Lacan afirma que:

Pois, com efeito, se em razão de limitar ao indivíduo a experiência que ela [a psicanálise] constitui, ela não pode ter a pretensão de apreender a totalidade de qualquer objeto sociológico, nem tampouco o conjunto das motivações atualmente em ação em nossa sociedade, persiste o fato de que ela descobriu tensões relacionais que parecem

desempenhar em todas as sociedades uma função basal, como se o mal-estar da civilização desnudasse a própria articulação da cultura com a natureza. (Lacan, 1998/1966b, p. 129).

A partir desse apontamento, podemos extrair a ideia de que, embora a psicanálise, em suas experiências clássicas, se centre no um a um do consultório, e, portanto, não possa almejar esgotar um objeto sociológico, ela introduz hipóteses que servem de contribuição para pensar a cultura e a civilização. Em sentido semelhante, Rosa (2018/2016) propõe que a psicanálise poderia contribuir com a investigação daquilo que escapa aos outros campos, debruçando-se sobre a dimensão inconsciente de práticas sociais.

Por outro lado, entendemos também que, embora a proposta de uma psicanálise fora do consultório privado não seja recente, se faz necessário refletir sobre quais as implicações teóricas, éticas e políticas deste movimento. Freud (1996/1924) já havia defendido a necessidade de que, no futuro, fossem criados mecanismos para a difusão da prática psicanalítica, apontando, para isso, a possibilidade de que a técnica fosse adaptada a esta realidade. De fato, no período entre guerras, na Europa, começaram a se constituir as primeiras experiências de clínicas públicas psicanalíticas. Durante este período, pelo menos 12 clínicas públicas surgiram na Europa, embora tivessem operado de diferentes maneiras, sendo uma das mais famosas a Policlínica de Berlim (Lima, 2019). No prefácio da obra de Danto (2019a), Broide ressalta que as clínicas públicas, neste período, tiveram um grande impacto na formação das primeiras gerações de psicanalistas, e não apenas uma importância marginal, a um ponto em que Freud vinculava a própria possibilidade de sobrevivência da psicanálise à sua inserção no campo social.

No Brasil, sobretudo em anos recentes, tem sido possível encontrar exemplos de experiências criadas em diferentes cidades, experimentando os efeitos de uma prática psicanalítica nas ruas. Essas experiências têm em comum o fato de compreenderem o exercício da clínica como prescindindo do consultório, se estabelecendo nas ruas, e de não utilizarem o pagamento em dinheiro como condição para o estabelecimento de uma análise.

Um exemplo é o trabalho do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, criado em 2017, e que desde então vem ocupando a praça de mesmo nome na cidade de São Paulo (Marino & Neto, 2019). Ainda em São Paulo, existe a iniciativa da Clínica Aberta de Psicanálise, que funciona na Casa do Povo (Torres & Lopes, 2020). Seguindo um propósito semelhante, o coletivo Psicanálise de Rua se situa em Brasília, elegendo espaços públicos na cidade que apresentem grande circulação de pessoas, como a Praça Zumbi dos Palmares e a Rodoviária do Plano Piloto (Guimarães & Jardim, 2019). Em Campinas, o coletivo Estação Psicanálise tem se

colocado nas ruas durante as manhãs de sábado, também tendo como proposta oferecer uma escuta psicanalítica aberta aos passantes (Torres & Lopes, 2020).

Assim, cabe-se questionar que consequências essas práticas trazem para o próprio corpo conceitual da psicanálise e, ainda, quais recursos teóricos serão necessários para contribuir com a fundamentação desta práxis. Afinal, desde Freud, a clínica psicanalítica é pensada como um exercício inacabado, no qual as formulações teóricas precisam ser confrontadas com a prática clínica. Do mesmo modo, o contrário também é verdadeiro, sendo necessário que a clínica se sustente no corpo teórico fundamentado até então.

Cabe lembrar que o que caracteriza a clínica psicanalítica, a saber, a fala, a escuta e a transferência (Birman, 1994) podem se dar em diferentes espaços. No entanto, podemos também questionar o que acontece quando precisamos prescindir de dispositivos clínicos tradicionais como o divã, o pagamento em dinheiro e o consultório. Com que função estes dispositivos se inserem na clínica e de que maneira podemos operar nas ruas sem que haja prejuízo à análise e seus efeitos?

Rosa (2018/2016) propõe, a respeito das situações clínicas analisadas por ela, que a política seria a outra cena que atravessa a trajetória dos sujeitos, entendendo-se o inconsciente como um saber não sabido e retomando a concepção de Lacan de que o Inconsciente é a política. Nesse sentido, entendemos que esta é uma discussão que traz contribuições também para o próprio campo da psicanálise, na medida em que nos leva a avançar a investigação sobre os dispositivos clínicos e como sua utilização é fundamentada e a expandir o corpo teórico da psicanálise em direção a uma sensibilidade ao caráter sociopolítico do sofrimento (Rosa, 2018/2016), enfrentando, com isso, seus limites e possibilidades.

Diante destas questões, utilizamos como marco teórico os pressupostos da psicanálise lacaniana, a qual colocamos em diálogo com outros autores, cujas contribuições foram essenciais para compreender as questões levantadas, que, como já colocado, não se esgotam - e nem devem se esgotar - na psicanálise. Como traz Rosa (2004), a psicanálise vem se debruçando sobre fenômenos sociais desde Freud, a partir de textos como *Totem e Tabu* e o *Mal-estar na civilização*, e de Lacan, o qual dialoga com outros campos ao longo de todo o seu ensino, fazendo importantes referências à Antropologia, à Linguística e à Filosofia.

Para discutir sobre as questões levantadas, realizamos uma pesquisa bibliográfica. Como apontam Lima e Mito (2007), a pesquisa bibliográfica não se confunde com uma revisão de literatura ou com uma revisão bibliográfica, pois, enquanto as últimas são um processo parte da realização de qualquer pesquisa, a primeira envolve um conjunto ordenado, não aleatório, de procedimentos, em busca de responder ao problema proposto. Este método permite ao

pesquisador utilizar um amplo alcance de informações e dados dispostos em diferentes publicações, traçando um melhor delineamento do quadro conceitual em torno do problema (Lima & Miotto, 2007).

Sendo assim, buscamos, na primeira parte deste trabalho, desenvolver o conceito de discurso no ensino de Lacan e apresentar os quatro discursos inicialmente propostos pelo psicanalista, para, por fim, chegar ao conceito de discurso capitalista. Na segunda parte, buscamos discutir sobre os atravessamentos deste discurso em relação ao público, aqui entendido em três sentidos: o público da pesquisa, as políticas públicas e o espaço público. Por fim, nos propomos a discutir sobre o que seria uma clínica inserida nas ruas e quais os seus fundamentos.

PARTE I

1 A TEORIA DOS DISCURSOS EM LACAN - INTRODUZINDO A NOÇÃO DE DISCURSO CAPITALISTA

Muitas são as críticas que apontam que a psicanálise, ao se centrar no um a um da clínica, ignoraria a dimensão social da experiência subjetiva. Não diremos que essas críticas são de todo infundadas - afinal, não é improvável que esta seja uma realidade entre muitos psicanalistas e algo naturalizado em grande parte no campo da psicanálise. Mas seria verdade que a psicanálise lacaniana seria centrada de maneira exclusiva e preponderante no indivíduo, pensado apenas em si mesmo?

A ideia de que é preciso um outro para que o próprio eu se constitua atravessa a obra de Lacan desde os primeiros textos. Ao tratar do estágio do espelho, Lacan (1998/1966c) enfatiza a transformação que se opera no sujeito no momento em que assume a forma de sua imagem especular, e que situa a instância do eu. A imagem de um semelhante, ao mesmo tempo, o auxilia na formação dessa imagem do eu e se confunde com ela (Lacan, 1998/1966d), uma vez que o 'eu' se constitui em uma série de identificações. Ou, como afirma, ainda, (1998/1966e), “É no outro que o sujeito se identifica e até se experimenta a princípio.” (p. 182). Com isso, compreende-se que a própria afirmação de uma identidade só é possível mediante o reconhecimento da semelhança com um outro, no qual o sujeito se baseia para se reconhecer enquanto um eu (Lacan, 1998/1966f), culminando na referência que o psicanalista faz ao poeta Rimbaud: “Eu é um outro”, (p. 120).

Lacan também é enfático ao situar a ordem simbólica como a ordem, por excelência, da experiência analítica (Lacan, 2010/1978). Nesse sentido, a dimensão acentuada como sendo primordial para a análise é a do sujeito enquanto envolvido em um discurso que o ultrapassa, já que, como afirma Lacan, “(...) o inconsciente é o discurso do outro. O discurso do outro não é o discurso do outro abstrato, do outro da díade, do meu correspondente, nem mera e simplesmente o do meu escravo, é o discurso do circuito no qual estou integrado.” (p. 127), ou, ainda, “Há um circuito simbólico exterior ao sujeito, e ligado a um certo grupo de suportes, de agentes humanos, no qual o sujeito, o pequeno círculo que se denomina seu destino, se acha infinitamente incluído.” (p. 138).

Com isso, é possível analisar que a dimensão do tensionamento entre o sujeito e o discurso no qual se insere de maneira mais ampla está presente em diversos momentos ao longo do ensino de Lacan, caminho que fazemos para que possamos pensar a noção de discurso, e,

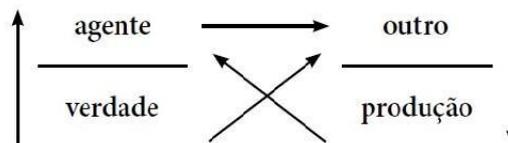
sobretudo, a noção de discurso capitalista. Como aponta Soler (2011), a ideia de discurso permite a compreensão de que a psicanálise não se ocupa somente dos indivíduos um a um, mas pode contribuir, também, para pensar as coletividades.

Assim como a própria noção de inconsciente, para Lacan, os discursos são estruturados como uma linguagem (Soler, 2011). Em O Seminário, Livro 17 (1992/1991), Lacan denomina-os de discursos sem palavras, mas afirma que só podem existir na linguagem, a partir da qual se constituem “relações estáveis” (p. 11). O psicanalista afirma, ainda, que os discursos são articulações significantes, que dominam, por sua presença, aquilo que pode vir a surgir como palavra. É nesse sentido que são sem palavras, sendo a palavra algo que se aloja no discurso posteriormente. Lacan define o discurso, ainda, como algo que “na ordem... no ordenamento do que pode ser produzido pela existência da linguagem, faz função de laço social” (p. 20).

Inicialmente, Lacan propõe quatro discursos: o discurso do mestre, da histórica, do universitário e do analista. Estes discursos foram apresentados a partir de fórmulas compostas por quatro posições, ocupadas por quatro diferentes termos, que, sem serem desarrumados, podem se alternar a partir de um quarto de giro do discurso anterior, formando quatro diferentes estruturas. As posições que organizam o discurso são:

Figura 1

Fórmula dos discursos



Cada um dos discursos é denominado a partir do que Lacan (1992/1991) chama de “a dominante”, termo que ocupa a posição do agente. O significante que ocupa esta posição, no alto e à esquerda, é o que, em cada um dos discursos, representa a ordem, o mandamento. O termo à direita, a quem se endereça o termo dominante, é o que, para Lacan (1992/1991), trabalha para fazer a verdade brotar. Nesta primeira linha superior, há uma flecha, definida como o impossível. Neste Seminário, Lacan (1992/1991) faz referência às proposições de Freud quanto às três profissões impossíveis - governar, educar e analisar - acrescentando a elas, ainda, o fazer desejar, característico do discurso histórico. Na linha inferior, não há flecha nem comunicação, mas algo que a obtura, que, para Lacan, é a produção, que resulta do trabalho.

Nesse sentido, a produção não tem qualquer relação com a verdade, que é protegida pela impotência.

A primeira forma apresentada por Lacan (1992/1991), e que, segundo o psicanalista, tem, por razões históricas, uma importância particular, é o discurso do mestre, o qual pode ser formalizado a partir do seguinte matema:

Figura 2

Fórmula do discurso do mestre

$$\begin{array}{ccc} S_1 & \longrightarrow & S_2 \\ \hline \$ & \blacktriangle & a \end{array}$$

Nesse discurso, o termo que ocupa a posição de agente é S1, significante mestre, no qual se apoia a essência do senhor. S1 se endereça a S2, significante do saber, que, para Lacan (1992/1991), está do lado do escravo, cujo campo é o de um saber-fazer. Quando S1 intervém nos significantes, se determina a castração e se constitui o sujeito dividido, operação da qual surge uma perda, o objeto a que aí aparece na posição do produto, de modo que este significante, a dominante do discurso, representa a lei. No entanto, é justamente a divisão do sujeito que o discurso do mestre busca mascarar. A barreira entre os dois termos inferiores indica que o gozo está sempre interdito. Nas palavras de Lacan, “o discurso do mestre nos apresenta o gozo como vindo ao Outro - é ele quem tem os meios.” (p. 117). Assim, o discurso do mestre torna impossível a articulação da fantasia, na qual se dá uma relação entre o sujeito dividido e o objeto a que é formalizada por Lacan da seguinte maneira:

Figura 3

Fórmula do fantasma

$$\$ \diamond a$$

A partir do giro do discurso do mestre, o sujeito dividido passa à posição de agente, constituindo o que Lacan (1992/1991) chama de discurso da histérica, o qual, segundo o psicanalista, se ordena em torno do sintoma. Lacan afirma que o discurso da histérica mantém

na instituição discursiva a questão sobre o que é a relação sexual. Esta questão é sustentada deixando a palavra ao Outro, lugar do saber recalcado. Este discurso desmascara o discurso do mestre, revelando sua relação com o gozo, apontando justamente o que o mestre busca ocultar. Lacan indica que a histérica busca um mestre, dirigindo-se a S1, que saiba muito, mas não demais - “um mestre sobre o qual ela reine” (p. 122). No lugar da verdade, *a* indica que a verdade da histérica é que esta precisa ser o objeto *a* para ser desejada. É válido lembrar, a respeito do discurso da histérica, o apontamento de Lacan de que este não implica forçadamente um sexo.

Figura 4

Fórmula do discurso da histérica

$$\frac{\$}{a} \quad \longrightarrow \quad \frac{S_1}{S_2}$$

Com a posição de ‘a’ na dominante no discurso, tem-se o discurso do analista, o qual, ressalta Lacan (1992/1991), não se confunde com o discurso do analisante. A fórmula deste discurso é assim designada:

Figura 5

Fórmula do discurso da histérica

$$\frac{a}{S_2} \quad \longrightarrow \quad \frac{\$}{S_1}$$

Nessa fórmula, o analista é o mestre, de modo que *a* vem na posição da dominante. No entanto, Lacan aponta que este discurso se situa como oposto à vontade de dominar, sendo o avesso do discurso do mestre, seu contraponto. O analista se oferece como semblante do objeto *a*, colocando-se como mira para o desejo de saber na análise. O saber, relacionado a um saber-fazer, está do lado do analista, na posição da verdade. O saber na posição da verdade é o que Lacan aponta como a interpretação. Neste discurso, o analista se faz causa do desejo do

analisante, e institui, artificialmente, o discurso da histórica. Lacan aponta como curioso que o que se produz no discurso do analista seja justamente o significante-mestre, propondo que talvez seja com os três quartos de giro a partir do discurso do analista que pode surgir um outro estilo de significante-mestre. A barra na linha inferior do discurso representa o obstáculo, constituído pelo gozo, entre o significante-mestre e o saber que se propõe como verdade.

Já o discurso do universitário tem como dominante S2, o lugar do saber, apresentando-se sob esta forma:

Figura 6

Fórmula do discurso do universitário

$$\frac{S_2}{S_1} \quad \longrightarrow \quad \frac{a}{\$}$$

Este discurso representa o que Lacan (1992/1991) chama de tudo-saber, o que não se iguala a um saber-tudo, mas à redução de tudo ao saber, em última instância, à burocracia. No alto e à direita, na posição do objeto *a*, está aquele que é explorado por este discurso: o aluno, o qual é encarregado da produção do sujeito dividido. No lugar da verdade, está o significante mestre. Isso porque, para Lacan: "É impossível deixar de obedecer ao mandamento que está aí, no lugar do que é a verdade da ciência - Vai, continua. Não pára. Continua a saber sempre mais." (p. 98) Precisamente por isso, qualquer pergunta sobre a verdade é esmagada. A função do discurso do universitário, para Lacan, pode ser lida de acordo com cada época, e está relacionada com o estágio em que se encontra o discurso do mestre.

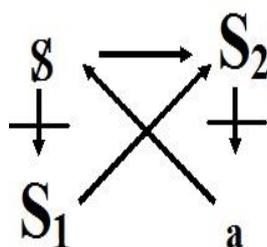
Ainda no Seminário, Livro 17 (1992/1991) Lacan menciona de passagem o discurso do capitalista, que ele chama de mestre moderno. Na ocasião, o psicanalista aponta que o que se modifica entre o discurso do mestre antigo e o moderno é uma modificação do lugar do saber. O proletário é um despossuído, seu saber tornado inútil, sendo devolvido a ele um saber de senhor. Lacan trata, ainda, do discurso do capitalista como uma chave do discurso do mestre, em sua copulação com o discurso da ciência. Para ele, nunca antes o trabalho foi tão valorizado, sendo impensável que não se trabalhe, o que resulta de uma mutação radical, que culminou no discurso do mestre em seu estilo capitalista. No entanto, até este momento, não havia sido apresentada uma formalização para o que viria a ser propriamente o discurso do capitalista.

Em 1972, em uma conferência denominada *Do discurso psicanalítico*, Lacan traz, ainda, outras contribuições sobre o discurso capitalista. Afirma que, entre o discurso do mestre e o discurso do capitalista, há uma inversão entre as posições $\$$ e S_1 .

Figura 7

Fórmula do discurso do capitalista

Discurso do capitalista



Esta pequena modificação, para Lacan, é suficiente para que o discurso do capitalista “ande como sobre rodinhas” (p. 18). Sua crise, segundo o psicanalista, está aberta. Este discurso seria astucioso, mas destinado à explosão. Nas palavras de Lacan, “se consome tão bem que se consoma” (p. 18).

Neste discurso, o psicanalista observa um funcionamento paradoxal. Soler (2011) aponta que este funcionamento paradoxal se deve ao fato de o discurso do capitalista ser um discurso que desfaz o laço social. No entanto, cabe questionarmos se uma precarização do laço social acompanha seu desatamento, uma vez que se observa que o capitalismo enlaça os indivíduos a modos de produção e de subjetivação característicos; enlaçamento este que, mesmo diante de todas as crises, não se desfaz, apenas se intensifica. Neste discurso, o laço se forma diretamente entre o sujeito e o objeto a que Lacan, tomando alguns conceitos de Marx, associa à mais-valia (Soler, 2011).

Na obra de Marx, o conceito de mais-valia se refere ao trabalho do proletariado que não é pago, é subtraído para aumentar o capital. Lacan (1992/1991) afirma que a descoberta de Marx sobre o que se passa com a mais-valia, a partir do discurso analítico, se articula com o mais-de-gozar. Em 1970, o psicanalista afirma que esta mais-valia se torna causa do desejo, sendo o princípio da economia que produz constantemente a falta-a-gozar (Lacan, 2003/2001c). Esta falta-a-gozar se acumula para aumentar os meios de produção e amplia o consumo, sem o qual a produção seria inútil. Como afirma Soler (2011), no discurso capitalista se tem um

circuito fechado, no qual o sujeito é comandado pelos produtos e ameaçado pelos efeitos da produção.

Disso decorre uma precariedade dos laços, a qual é apontada por Lacan (2003/2001a), e associada ao que o psicanalista chama de escalada do racismo. Vale lembrar, como faz Soler (2011), que os efeitos observados por Lacan no contexto dos anos 70 se intensificaram ao longo dos anos, na medida em que podemos observar um “triumfo da globalização capitalista”.

Para Alemán (2016), isso não implica, como sugerem autores contemporâneos como o filósofo Byung Chul-Han, que o capitalismo tenha acabado com o inconsciente. Ao contrário, o autor aponta que este dispositivo de rendimento só pode ser explicado a partir da colonização, pelo Neoliberalismo, da dinâmica de culpa e castigo engendrada pelo supereu.

Por meio da ideia de discurso capitalista, que seria uma variação lógica do discurso do mestre, Lacan, como citado por Alemán (2016) afirma que o capitalismo conseguiu introduzir uma nova relação entre o desejo em seu caráter insaciável e o excesso de gozo. Assim, o mal-estar característico do século XXI está relacionado a este acesso do sujeito ao mais-gozar, que coloca o sujeito sempre além de suas capacidades. Como contrapartida, Alemán (2016) afirma que o sujeito se torna um devedor, e o mal-estar deste tempo toma a forma das depressões e adiões, uma vez que o sujeito está sempre aquém das exigências.

Indo ao encontro desta proposta, Safatle (2008) aponta uma tendência nas produções contemporâneas de se utilizar o conceito de gozo como um conceito-chave para se pensar a sociedade de consumo. Uma das hipóteses levantadas para justificar essa centralidade é a possibilidade de, por meio da noção de gozo, falar de uma satisfação que não pode ser explicada simplesmente pelos mecanismos de defesa do eu. Safatle (2008) indica a passagem, também rastreada por Lacan e por outros autores, de uma sociedade pautada, sobretudo, na repressão, no berço da qual foi criado o conceito freudiano de supereu, para uma sociedade não repressiva, em que os imperativos cada vez mais se relacionam ao consumo. No plano da economia, esta passagem pode ser marcada com a transmutação da sociedade de produção em sociedade de consumo.

Segundo Safatle (2008), este mundo do consumo solicita o que o autor chama de ética do direito ao gozo. É isto, precisamente, o que o discurso do capitalismo precisa para se manter: uma “[...] procura do gozo que impulsiona a plasticidade infinita da produção das possibilidades de escolha no universo do consumo.” (p. 126). Neste contexto, a plasticidade da formamercadoria e sua fluidez tomam o lugar da noção de identidade fixa e de adaptação a um ideal.

Ainda na discussão sobre o discurso capitalista e seus efeitos, Alemán (2016) distingue, para além da dimensão estrutural do sujeito, a dimensão da subjetividade, que envolve o modo

como cada momento histórico trata a condição falante, sexuada e mortal do sujeito. Nesse sentido, o autor afirma que o capitalismo, em sua virada neoliberal, é o primeiro regime da história a buscar alcançar a própria constituição do sujeito, sendo essa constituição o que permite que haja um legado simbólico. Desse modo, o capitalismo, em seu caráter ilimitado, busca a criação de um homem novo, sem causa. Esse homem cuja subjetividade é produzida no neoliberalismo gere a si mesmo como uma empresa, visando sempre o máximo rendimento.

Diante desses efeitos apontados por diferentes autores em relação ao discurso capitalista e seus desdobramentos contemporâneos, cabe questionar se tais considerações nos servem para pensar a rua e os sujeitos que nela vivem. Ao levarmos em consideração a posição que esses sujeitos ocupam no laço social, podemos traçar alguns apontamentos sobre suas relações com o discurso capitalista. Assim, na próxima parte, buscaremos tensionar a discussão sobre este campo com a População em Situação de Rua, as políticas públicas e o espaço público.

PARTE II

2 EFEITOS DO DISCURSO CAPITALISTA - O PRIVADO E O PÚBLICO EM TRÊS PARTES

Sabe-se que o sistema capitalista, de um modo geral, transformou as relações entre trabalho e propriedade, constituindo a propriedade privada propriamente dita, diferente da propriedade feudal que o antecedeu. A separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção é o que constitui o cerne das relações entre classes capitalistas, compostas pelos detentores da força de trabalho e pelos detentores dos meios de produção. A propriedade privada, portanto, pode ser relacionada diretamente à sociabilidade capitalista (Andrade, 2018). A partir dessa centralidade, para além de seu caráter histórico e material, propomos aqui uma discussão sobre o privado em seu aspecto discursivo, ou seja, como um significante organizador do laço social capitalista, e, conseqüentemente, sobre seu antônimo, seu par oposto: o público.

Tanto público quanto privado são termos polissêmicos. Segundo o dicionário Michaelis On-line, acessado através do Site Uol, público funciona como adjetivo ou como substantivo, abrangendo diferentes definições. Dessas, gostaríamos de destacar três: “Grupo de pessoas com interesses comuns ou que estão envolvidas na mesma atividade.”; “Relativo ao governo de uma nação.”; “Que pertence a todas as pessoas.”.

A pesquisa do termo “privado”, no mesmo dicionário, também nos leva a diferentes significados. Extraímos, aqui, três deles: “A quem se privou de algo ou a quem falta algo; despojado, desprovido, destituído”; “Que não é de propriedade estatal ou que não é pago pelo governo”; “Que não é permitido a todos, que somente um número pequeno de pessoas tem acesso”.

A partir da dinâmica entre o que é público e o que é privado, trazemos para a discussão três aspectos. O primeiro deles, o grupo de pessoas que constitui o *público* abarcado por nossa pesquisa, a saber, a População em Situação de Rua - público este que é, ao mesmo tempo, frequentemente *privado* do acesso a direitos. O segundo, as políticas *públicas*, a partir da discussão de como os governos brasileiros vêm enfrentando as problemáticas que se apresentam na sociedade, frequentemente em confronto com os interesses não estatais, mercadológicos, e, portanto, *privados*. Por fim, encaminhamos a discussão sobre o espaço *público*, aquele que supostamente pertence a todas as pessoas e onde todos podem circular, apontando, por outro lado, como este espaço vem se ordenando em torno de uma via, não de encontro, mas de uma circulação de caráter *privado*, à qual nem todos têm acesso.

2.1 A População em Situação de Rua: algumas definições sobre o público da pesquisa

2.1.1 *População em Situação de Rua: Sintoma do discurso capitalista?*

Para Sarraillet (2020), a noção de sintoma vem sendo utilizada principalmente pelo campo médico, como manifestação de um transtorno interno ao organismo. Esse conceito também passa a ter uma grande importância para Freud, sendo compreendido como a manifestação de um conflito intrapsíquico, decorrente de forças opostas: as moções pulsionais ou desejos inconscientes e o recalque, sendo o sintoma uma solução de compromisso entre ambos. Para além desse uso, o termo sintoma costuma ser utilizado pelas ciências econômicas, sociais e políticas de maneira metafórica, para falar da expressão de um transtorno que se passa, não internamente, mas em um campo transindividual. Para a autora, as proposições de Lacan sobre o sintoma guardam aproximações semânticas com esse último campo, o que se justifica, principalmente, quando analisamos a proposta, introduzida por Lacan, de que o sintoma foi uma invenção de Karl Marx.

Considerando-se as referências de Lacan ao sintoma em Marx, Sarraillet (2020) afirma que podemos depreender daí pelo menos três propriedades da noção de sintoma. A primeira se refere ao sintoma enquanto retorno da verdade, na falha de um saber. Lacan identifica este ponto na passagem analisada por Marx da sociedade feudal para a sociedade capitalista. Na sociedade capitalista, as relações de dominação e servidão não se dão de maneira explícita como na sociedade feudal. Elas estão ocultas, disfarçadas sob as relações entre coisas, entre produtos do trabalho. O sintoma, revelado por Marx, emergiria como a verdade das relações sociais. A análise de Žižek (1991/1988) segue em um sentido semelhante, ao afirmar que, com a passagem para o modo de produção capitalista, o fetichismo da mercadoria e a aparente liberdade nas relações entre os homens se apresentariam como um sintoma, entendido como uma fissura que desmente a ideologia universal, mas que é, ao mesmo tempo, constitutiva desta.

A segunda propriedade do sintoma apontada por Sarraillet (2020) é sua relação com o Outro. O sintoma em Marx é entendido como um sintoma social, enquanto Lacan o utiliza para pensá-lo como um sintoma privado. Nem por isso se poderia dizer que o psicanalista o pensa enquanto um sintoma individual, como argumenta Sarraillet (2020), retomando a passagem em que Lacan aponta que a criança manifesta um sintoma da estrutura familiar. O sintoma pode ser entendido como um significado do Outro, produto da cadeia significante, que se articula e se metaforiza com fixidez e que, longe de concernir apenas ao sujeito que fala, implica toda a sua história. Nesse sentido, destacamos o que afirma Lacan desde os primeiros anos de seu Seminário: “Uma fala é matriz da parte não reconhecida do sujeito, e eis aí o nível próprio do

sintoma analítico - nível descentrado em relação à experiência individual, visto ser aquele do texto histórico que a integra” (Lacan, 2010/1978, p. 64).

A terceira propriedade do sintoma extraída do ensino de Lacan seria a da escrita. Sarraillet (2020) afirma que Marx funda sua economia política a partir da economia política clássica, apoiando-a, como disciplina científica, na escrita matemática, que formaliza o funcionamento das relações de produção no sistema capitalista. A mais-valia, por exemplo, como valor encoberto que mede a exploração do trabalhador, poderia ser inscrita como uma fórmula $(p) = C1 - C$ (Capital final - capital inicial). De maneira análoga, Lacan, ao comentar sobre o caso analisado por Freud e denominado de Homem dos Ratos, aponta uma lógica sobre seu sintoma que ilustra a equivalência entre os objetos em uma espécie de mercado, se configurando como o f da função de uma fórmula matemática, $f(x)$.

Estas três propriedades poderiam, para Sarraillet (2020), ser extraídas da formulação de Lacan sobre o sintoma em Marx. Nesse sentido, propomos aqui que, tendo como fundamento tais propriedades, podemos pensar a População em Situação de Rua como um sintoma do laço social capitalista e do modo como as cidades são organizadas neste sistema. É importante ressaltar que a vivência nas ruas não pode ser relacionada a um único fator: em geral, ela é resultado de uma diversidade de aspectos, que se entrelaçam de maneira particular na história de cada pessoa. No entanto, pesquisas relatam que, entre as razões atribuídas para a situação de rua, as principais são o uso de álcool e outras drogas, o desemprego e o rompimento de vínculos (Brasil, 2009). Além disso, entendemos que a situação de rua é um fenômeno antigo, que pode ser rastreado desde as sociedades pré-industriais. No entanto, a intensificação do fenômeno pode ser situada em relação à passagem ao modo de produção capitalista, ponto que abordaremos adiante.

Nesse sentido, retomamos a primeira das propriedades destacadas por Sarraillet (2020): o sintoma enquanto retorno da verdade pode ser pensado como um ponto de mal-estar que emerge e que tem função de denúncia. Nesse sentido, a presença de pessoas fazendo da rua sua morada evidencia a manutenção de estruturas urbanas desiguais, a ausência de políticas de abrigamento e acolhimento para pessoas cujos vínculos familiares foram rompidos e, em suma, o fato de que as cidades são organizadas, não para a circulação e a convivência de pessoas, mas segundo a lógica comercial, como discutiremos abaixo. Não por acaso, são constantes as tentativas de ocultar essa verdade que escapa, seja por meio da chamada arquitetura hostil, (Levy, 2022), seja de maneira ainda mais extrema, em ações violentas.

A ideia do retorno de uma verdade se justifica, ainda, quando pensamos que a desigualdade no acesso a moradias e o desemprego não são condições que podem simplesmente

ser eliminadas dentro do capitalismo, uma vez que a acumulação de miséria é intrínseca à acumulação de riquezas, e que a formação de um excedente de desempregados é essencial para a manutenção das condições de exploração. Nesse sentido, a população em situação de rua compõe o que Marx chama de superpopulação relativa (Silva, 2006). No entanto, embora esses elementos sejam intrínsecos ao capitalismo, eles denunciam a falha na ideia de que as relações sociais neste sistema são pautadas na igualdade de possibilidades para todos, sendo, desse modo, escamoteadas sob explicações que os justificam com base em falhas individuais.

A segunda propriedade que Sarraillet (2020) extrai das proposições lacanianas sobre o sintoma é a sua compreensão como significado do Outro, que se metaforiza com fixidez. Sabemos que, embora seja um campo múltiplo e heterogêneo, a População em Situação de Rua é entendida em nossa sociedade a partir uma série de significados fixos, que, como discutiremos mais detidamente abaixo, abrangem uma visão desses sujeitos como vagabundos, drogados, sujos e diversos outros adjetivos pejorativos. Assim, propomos pensar os estigmas rígidos atribuídos à População em Situação de Rua, e muitas vezes incorporados pelas próprias pessoas, como um sintoma, entendido aqui enquanto mensagem ou significado do Outro.

A respeito da terceira propriedade, ou seja, à escrita, que Sarraillet (2020) remete, tanto à fórmula da mais-valia apresentada por Marx quanto à função com a qual Lacan designa o sintoma do Homem dos Ratos, podemos nos questionar sobre as implicações de se pensar a População em Situação de Rua do ponto de vista quantitativo, como elementos contáveis em um grupo homogêneo. Assim, muitas vezes, os indivíduos que compõem esta população são tratados como equivalentes, e não a partir de sua singularidade, invisibilizando a posição dos sujeitos inseridos sob essa denominação. Quando se pensa, por exemplo, nas políticas públicas para esta população, pensamos, sobretudo, em políticas pautadas em números, como é o caso, por exemplo, do Consultório de Rua, que mencionaremos abaixo. Por outro lado, a dificuldade de se sistematizar dados sobre o assunto nos aponta mais um elemento sintomático da relação entre a População em Situação de Rua e o laço social: afinal, se só se pode pensar a inscrição desta população na agenda pública a partir deste quantitativo, e, se há uma dificuldade na elaboração destes números, podemos falar de um apagamento da População em Situação de Rua diante da sociedade. Nesse ínterim, abordaremos, a seguir, alguns elementos sobre esta População, pensando sua origem e sua inserção do Brasil atual.

2.1.2 A População em Situação de Rua no Brasil - percurso histórico e atualidade

Para dar contorno à discussão, se faz necessário empreendermos um breve percurso histórico sobre o que hoje conhecemos como População em Situação de Rua. Cabe lembrar que, como aponta Silva (2006), este fenômeno é síntese de múltiplas determinações, envolvendo fatores estruturais, como ausência de moradia e de renda, fatores biográficos e, ainda, fatos da natureza. Ainda assim, é cabível fazermos uma retomada a respeito de suas origens históricas.

Sobre o surgimento deste fenômeno na Europa, Cerqueira (2011) trata das sociedades pré-industriais - momento que, por se situar na pré-história do capital, é denominado por Marx de acumulação primitiva - tomando, para isso, o exemplo da Inglaterra. Até esse período, os camponeses podiam se utilizar de terras comuns, das quais tiravam seu sustento. No entanto, essas terras camponesas passaram a ser ocupadas para pastagem de ovelhas, uma vez que a lã havia se tornado mais lucrativa que os arrendamentos de terras, as quais foram sendo expropriadas e privatizadas (Silva, 2006).

Nesse contexto, os camponeses foram expulsos de suas terras, perdendo trabalhos e moradias. Essa população passou a vagar pelas cidades em busca de empregos que, na época, eram escassos, constituindo uma situação de desemprego e pobreza em massa. Muitos destes antigos camponeses iam para as ruas, vivendo da mendicância; outros, passavam a viver em cortiços, sob deploráveis condições de moradia. Cabe lembrar que, ao longo do desenvolvimento da produção capitalista, a formação de um exército industrial de reserva (ou seja, uma força de trabalho excedente, estruturalmente desocupada) se tornou, não um processo pontual característico desse período, mas parte intrínseca da manutenção das condições de trabalho dentro das necessidades da expansão do capital (Silva, 2006).

Silva (2006) cita Marx para apresentar as características deste exército de reserva, também chamado de superpopulação relativa, a qual poderia aparecer de forma aguda ou de forma crônica. Nesse contexto, o filósofo aponta a existência de uma superpopulação flutuante, envolvendo trabalhadores que são ora repelidos, ora atraídos pelo mercado de trabalho, estando, em geral, em uma faixa etária mediana, considerando-se que as faixas etárias mais jovens são mais facilmente absorvidas. Já o grupo populacional que se encontra nesse contexto de forma latente se refere aos trabalhadores rurais em migração para as cidades, devido à sua expulsão do campo. O grupo que se encontra na forma estagnada inclui trabalhadores em ocupações irregulares, com condições de vida abaixo do padrão para a classe trabalhadora de forma geral. Por fim, o pauperismo envolve a superpopulação formada por indivíduos aptos a trabalhar, mas não absorvidos pelo mercado, como órfãos, filhos de indigentes, além de pessoas que se

encontram incapacitadas para o trabalho, sendo esta a parcela que, em geral, vivencia as piores condições. No que se refere à População em Situação de Rua, Silva (2006) aponta que boa parte dessa população vivenciou alguma dessas fases antes de sua ida para as ruas, e, em sua maioria, se encontra no grupo caracterizado pelo pauperismo ou pela forma estagnada, em condições informais e precarizadas de trabalho.

No Brasil, não seria possível falar do processo de constituição social da População em Situação de Rua sem falar sobre seu longo histórico de escravidão. Isso porque, com a abolição da escravatura, em 1888, um grande contingente de ex-escravizados, então libertos, foram lançados às ruas, sem trabalho, moradia ou condições de sobrevivência. Concomitantemente a esse contexto, passaram a surgir as habitações coletivas, os cortiços, que, assim como na Inglaterra, eram superlotadas e com pobres condições de higiene. Essas habitações eram consideradas a fonte de todo o mal, tanto de cunho sanitário quanto de cunho moral, que se temia poder atingir as elites, sendo, portanto, alvo de ações higienistas. Diante dessa justificativa, os cortiços foram sendo gradualmente extintos, e parte dos moradores foram construindo suas casas nos morros, constituindo as primeiras favelas. Ainda assim, muitos passaram a ocupar as ruas, a princípio provisoriamente, sobretudo diante das dificuldades de deslocamento para seus locais de trabalho (Cerqueira, 2011). Nas décadas mais recentes, Silva (2006) aponta uma expansão da superpopulação relativa devido às mudanças ocasionadas pelo capitalismo, que, no Brasil, se manifestaram, sobretudo, nos anos de 1990, e que se relacionam com o crescimento da população em situação de rua.

Atualmente, encontrar dados precisos sobre o aumento ou diminuição da População em Situação de Rua no Brasil não é tarefa fácil. O principal instrumento de acompanhamento demográfico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realiza sua pesquisa tendo como núcleo o domicílio, sendo, portanto, um desafio incluir na amostragem a população que não possui residência fixa, o que acaba por intensificar sua invisibilização. Em 2014, o IBGE realizou uma pesquisa experimental no Rio de Janeiro com a População em Situação de Rua para que se pudesse planejar sua inclusão em futuros censos, diante de forte reivindicação de movimentos sociais. No entanto, devido a dificuldades metodológicas, esta população segue de fora das pesquisas realizadas pelo Instituto (Melito, 2018). Entre 2007 e 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário realizou o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que entrevistou cerca de 32.000 pessoas em vias públicas e albergues. A partir desse censo, foi possível identificar uma maioria composta por homens, negros, jovens, com baixa escolaridade, que contavam, em sua maioria, com alguma forma de remuneração

(Silva, Natalino & Pinheiro, 2020). No entanto, desde então, não foram realizados outros censos deste porte.

É possível encontrar estimativas sobre a População em Situação de Rua realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir de dados recolhidos pelos municípios através do Censo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), atualizados com o auxílio das informações do Cadastro Único. Como declara a nota técnica emitida pelo IPEA, “o que medimos, *stricto sensu*, é o tamanho da população em situação de rua que o poder público consegue enxergar” (Natalino, 2020, p. 9). Segundo os dados apresentados pelo Instituto, em março de 2020, estimava-se que 221.869 pessoas estavam vivendo nas ruas no território brasileiro. A estimativa, que vai de 2012 a 2020, apontou um forte aumento na População em Situação de Rua entre os anos pesquisados, com um crescimento de 140%. A concentração desta população e seu crescimento foram mais intensos nas grandes cidades, no entanto, a estimativa aponta que, em 2020, 18,5% da população em situação de rua estaria vivendo em municípios de médio ou pequeno porte, evidenciando a necessidade de que, nestes municípios, também sejam pensadas ações e políticas públicas nesse sentido.

Já em 2022, a nota técnica divulgada pelo Instituto estima que 281.472 pessoas estavam vivendo em situação de rua no Brasil, número este que apresenta um crescimento de 38% em relação ao ano de 2019, e 211% em relação a 2012 - o que se contrapõe a um crescimento de apenas 11% da população geral neste mesmo período. Cabe lembrar que, como aponta a estimativa do IPEA (Natalino, 2023), a pandemia de covid-19 apresentou uma alteração nos padrões dos indicadores sociais, decorrentes de mudanças de comportamento tanto das famílias quanto dos órgãos públicos frente às demandas emergenciais, exigindo-se um cuidado para se analisar os dados deste período.

Ainda refletindo os dados dos anos de pandemia, segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, um censo realizado na capital paulista demonstrou um crescimento de 31% na população em situação de rua da cidade de 2019 a 2021 (Rolnik e Marino, 2022). Delgado (2022) aponta, além do crescimento, mudanças nas características da população que vive nas ruas, aumentando o número de mulheres, crianças e famílias inteiras. Analisando uma série de reportagens sobre a temática da População em Situação de Rua diante da pandemia, Tiengo (2021) aponta uma dificuldade extra para aqueles que viviam nas ruas no momento das medidas de isolamento, uma vez que, com a redução da circulação de pessoas nas vias públicas, os trabalhos informais, muitas vezes exercidos por essa população, foram obstaculizados. O Auxílio Emergencial, medida criada pelo Governo Federal como auxílio financeiro para a

população de baixa renda, na maioria das vezes não atingia esse público, já que demandava o acesso à internet, computadores e celulares para sua disponibilização.

Diante dos dados expostos, consideramos pertinente situar este trabalho, também, no contexto específico da cidade em que nos inserimos, levando em consideração suas particularidades.

2.1.3 São João del-Rei e os cuidados à População em Situação de Rua

Sabe-se que uma das mais importantes políticas públicas voltadas de maneira específica à População em Situação de Rua são os Consultórios na Rua. Entretanto, nem todos os municípios estão aptos para receber financiamento do Estado para a constituição das equipes multiprofissionais com este fim. Segundo a Portaria nº 1255 de 2021, que atualiza os critérios, para que o Consultório na Rua seja constituído e financiado, a cidade deve possuir um limite mínimo de 80 pessoas vivendo nas ruas. O número de equipes a serem financiadas é obtido a partir do total de pessoas em situação de rua, que é dividido por 500. No caso de municípios com mais de 100.000 habitantes, necessariamente deve ser constituída pelo menos uma equipe de Consultório na Rua.

Nesse sentido, se faz importante questionar o que ocorre com as demandas desta população em cidades que não se enquadram nos critérios para a constituição de uma Equipe de Consultório na Rua. A Portaria nº 2488 de 21 de outubro de 2011 aponta que, nesses casos, a saúde da População em Situação de Rua permanece sendo, assim como ocorre com qualquer cidadão, responsabilidade das equipes de atenção básica do território em que se encontram essas pessoas.

Por outro lado, ainda no que se refere às demandas em relação à saúde, Vale e Dalla Vecchia (2019) enfatizam, em um município de pequeno porte, a predominância de estratégias de auto tratamento entre a População em Situação de Rua e o recurso a redes sociais informais. As estratégias de auto tratamento entre os entrevistados pelos autores abrangiam tanto a automedicação com remédios alopáticos e a utilização de elementos naturais com propriedades medicinais, quanto a utilização de recursos pouco convencionais. Além disso, o artigo ressalta a percepção da própria PSR acerca da dificuldade de se manter a saúde na rua. No mesmo sentido, os autores destacam a ação da sociedade civil como principal fonte de alimentação e, de maneira bastante escassa, a ação de organizações civis de modo a possibilitar algum cuidado de higiene.

Segundo dados do IBGE, a cidade de São João del-Rei conta com uma população estimada de 90.897 habitantes. Embora próxima, a cidade não se enquadra, portanto, dentro dos critérios segundo os quais o município que possui uma população acima de 100.000 habitantes deve receber financiamento para, no mínimo, uma Equipe de Consultório na Rua. No tocante aos dados sobre a População em Situação de Rua da cidade, o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de São João del-Rei aponta uma diferença entre o que chamam de moradores de rua e a população em situação de rua. Os moradores de rua

seriam pessoas que, de fato, têm a rua como moradia e que não possuem residência. De acordo com informações disponibilizadas pela instituição, estima-se que, em São João del-Rei, existiriam em torno de 8 a 10 pessoas vivendo nas ruas nestes termos. Já a população em situação de rua seria composta por uma população mais diversa, dentre a qual se situam algumas pessoas que possuem residências, mas se encontram nas ruas por diferentes motivos, como o rompimento de vínculos familiares e o uso de álcool e outras drogas. Por ser uma população mais itinerante, muitas vezes de passagem pela cidade, o CREAS afirma não ser possível uma contabilização desta população.

As ações realizadas, tanto junto aos assim denominados moradores de rua quanto à população em situação de rua, são de abordagem e acolhimento, que é realizado por uma equipe formada por uma profissional da assistência social e um profissional da psicologia. Quando possível, é realizado, também, um trabalho junto às famílias, caso haja desejo de reconstituir o vínculo. Como forma de ampliar o trabalho, o CREAS realiza parcerias com outras instituições, como clínicas de recuperação, e com profissionais de outras áreas, como a enfermagem. Ao ser procurada em busca de informações sobre o tema, a Secretaria Municipal de Assistência Social nos direcionou para a mesma ação, indicando que, de fato, as propostas apresentadas pelo CREAS resumem as iniciativas públicas na cidade a respeito da questão.

A cidade de São João del-Rei conta, ainda, com órgãos desvinculados do poder público e que realizam ações junto à População em Situação de Rua. É o caso do GT Rua, grupo formado por membros da sociedade civil. Entre as atividades desenvolvidas estão ações emergenciais como o fornecimento de alimentos para famílias em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social. Mas, para além destas ações imediatas, o grupo possui, em seu horizonte, a busca de modificações a longo prazo, como a pressão para a criação de leis municipais que possam pensar a realidade da população em situação de rua e a criação de centros de acolhimento.

Sendo uma cidade que sedia uma Universidade Federal, é importante destacar, também, as iniciativas criadas no contexto da universidade e que se conectam com o campo da população em situação de rua. Segundo informações obtidas no ano de 2022, a Universidade conta com um estágio no curso de Psicologia que realiza ações em diferentes pontos da cidade. O trabalho realizado é o de escuta e acolhimento, e as atividades são pautadas no contexto da Psicologia Comunitária, tendo como referencial a perspectiva da filosofia da diferença. Nesse sentido, a proposta é a de que a escuta não se pautem em um trabalho propriamente de interpretação, mas de acolhimento subjetivo, e que seja, ainda, orientado para questões mais práticas, como o acompanhamento junto aos órgãos responsáveis, buscando resolver demandas tais como, por

exemplo, a confecção de documentos. Foi relatado, ainda, que, em certos momentos, faltam ferramentas para a realização do trabalho, e as demandas levadas aos órgãos municipais frequentemente permanecem sem respostas.

No que se refere especificamente ao campo da saúde mental, relatos dos estagiários da Universidade apontam a presença de pessoas em situação de rua que se encontram em surto e que não conseguem atendimento pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), devido ao entendimento de que a População em Situação de Rua é assunto de exclusividade do CREAS, que não possui recursos para lidar com estes casos. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de que, na ausência de serviços específicos como os Consultórios de Rua, o trabalho em rede seja ainda mais fortalecido para que as demandas em comum possam ser atendidas em conjunto.

Embora não tenha sido possível encontrar algum tipo de registro formalizado sobre a população em situação de rua em São João del-Rei, escutando as diferentes frentes de atuação com que a cidade conta, foi possível levantar algumas características observadas. Uma delas, que destacamos por ir de encontro ao que popularmente se concebe, é a de que o uso de álcool e outras drogas não é, necessariamente, o principal motivo para a ida para a rua. Ao contrário, em geral esse uso se intensifica, precisamente, na vivência na rua, sendo que um dos principais motivos observados são as desavenças familiares. Outro ponto apreendido, que dialoga com o anterior, é a forte presença de um histórico de institucionalização, sobretudo em Comunidades Terapêuticas, entidades filantrópicas, frequentemente de cunho religioso, que recebem pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

É importante enfatizar que, diante do que foi possível extrair das iniciativas voltadas ao campo da População em Situação de Rua, as ações, sobretudo do poder público, são escassas e inespecíficas. Até o momento da pesquisa, não existiam propostas para tratar das questões de alimentação, abrigo, higiene ou saúde. Embora as ações de cunho voluntário estejam exercendo importantes funções no campo emergencial, entendemos que, para que as mudanças a longo prazo se efetivem, é preciso envolvimento do Estado.

Além disso, as demandas no campo da saúde mental apontam, ainda, para uma possível brecha de atuação para a psicanálise, que, longe de pretender esgotar ou resolver a questão da rua, pode promover uma contribuição específica através de sua escuta e intervenção. Assim, entendemos que os diversos aspectos envolvidos com a população em situação de rua abrangem questões sociais, políticas e econômicas que em muito ultrapassam o escopo da psicanálise, mas em relação aos quais podemos ter algo a contribuir, sobretudo quando há um sofrimento subjetivo envolvido.

2.1.4 Como é falada a População em Situação de Rua?

Nem sempre a População em Situação de Rua foi assim denominada: ao longo da história, diferentes olhares se debruçaram sobre essa população, olhares aos quais correspondem diferentes discursos. Martins (2016) resgata algumas das denominações historicamente utilizadas para se referir a estes grupos, tendo como um dos destaques a utilização de denominações como “sofredores de rua”, que evidenciavam o estigma em torno daqueles que ocupavam as ruas. Como apontado por Varanda e Adorno (2004), o termo sofredores de rua está ligado à tradição cristã do servo sofredor, cuja popularização ocorreu com o surgimento da Pastoral da Rua e da Comunidade dos Sofredores, por volta do fim da década de 70.

Ao buscar analisar como a produção de saberes e políticas contribuiu para a demarcação desta população, especificamente na cidade de São Paulo, Costa (2007) relata o papel central da Organização do Auxílio Fraternal, organização composta, sobretudo, por irmãs da Ordem de São Bento. As freiras eram chamadas de oblatas, termo relacionado a oferecer-se, oferecer a sua vida a Deus, e se destacavam pelas ações voltadas à população pobre e aos “marginais”, como eram chamados. É nesse contexto que desponta a ideia do sofredor, como apontado no relato de uma das freiras da Organização, reproduzido por Costa (2007). Segundo este relato, a ideia de sofredor aparece em oposição a termos como maloqueiro, e ficou fortemente ligada à representação bíblica do servo que resiste apesar do sofrimento e do escárnio. O servo sofredor aparece nos cânticos de Isaías, que descreve a humilhação e horror infligidos ao Servo de Javé, frequentemente interpretado como Jesus, e sua posterior exaltação (Peterlevitz, 2018).

Cabe ressaltar, como completa Martins (2016), que as primeiras ações voltadas aos “sofredores de rua” tendiam à perspectiva da caridade, através de ações principalmente filantrópicas e de cunho religioso. Fica evidente mais uma vez que a escolha das palavras utilizadas fala do campo em que as ações estão fundamentadas. Afinal, é colocando o outro no lugar do “sofredor” que a caridade pode se justificar. Costa (2007) ressalta, ainda, que a ideia de levar Deus àquele povo misturava a busca da salvação com o desejo de levá-los também à revolução. A própria vida das pessoas em meio àquelas condições era como um atestado da presença divina, tornando a rua o território de uma missão, que mesclava ideais religiosos e políticos.

A noção de *povo da rua* também começa a ser fortalecida com o empenho para a criação de um senso de comunidade, de união em torno de uma transformação social. Essa noção surgiu,

portanto, como uma oposição ao entendimento da vivência da rua como uma questão individualizada e dispersa (Costa, 2007).

Costa (2007) aponta, ainda, que no início dos anos 80, com o crescente desemprego, cresce na mídia a quantidade de reportagens sobre os chamados "mendigos", aparecendo neste momento denominações como "desabrigados, homeless, pobres de rua, gente morando na rua, indigentes, exército de rejeitados, deserdados, cidadãos da rua" (p. 13). Martins (2016) destaca também a utilização de termos como "morador de rua". No entanto, a autora ressalta que este termo apaga a heterogeneidade que existe entre as pessoas e seus diversos modos de se ocupar a rua, apontando estritamente para um uso fixo da rua enquanto moradia. Ganham destaque também os catadores, que se diferenciam dos mendigos, começando a favorecer o entendimento de que na rua não havia apenas "vagabundos", como então se entendia, mas também aqueles que não encontram lugar no mundo do trabalho.

Costa (2007) destaca o entrelaçamento da história política da cidade de São Paulo com os entendimentos que se formavam a respeito da população que vivia nas ruas. O autor relata que, com o governo municipal de Luiza Erundina, que em sua atuação anterior como vereadora já se colocava como aliada destes grupos, a prefeitura passou a buscar convênios com as instituições que exerciam este trabalho. Neste contexto, começam a aparecer estudos mais sistemáticos sobre as ruas, e desponta a utilização do termo "população de rua", considerado mais neutro e científico. Um dos marcos neste período é a produção do livro *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. Neste livro, a rua figura como o principal eixo articulador das diversas experiências, e a partir dela são definidas três situações: ficar, estar e ser da rua, tendo como referência o tempo do vínculo com o espaço público. A população de rua vai passando a ser entendida como um problema público; a partir daí, termos como mendigo e indigente passaram a ser vistos como pejorativos, em contraposição à perspectiva trazida pelo termo população de rua, considerado mais científico, se distanciando das terminologias explicitamente religiosas. Cabe destacar, também, o deslocamento apontado por Costa (2007) do termo povo para população. A partir de Foucault, Costa demonstra que cada uma dessas noções é alvo de um poder: o primeiro introduzido pelo cristianismo, o segundo relacionado à arte de governar e ao agenciamento estatístico e estatal.

Atualmente, o termo População em Situação de Rua ganha destaque, estando na base das ações e políticas públicas direcionadas ao tema. Nesse sentido, o Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 define a População em Situação de Rua da seguinte forma:

(...) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou

fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Embora acentue a heterogeneidade do grupo, o decreto define a População em Situação de Rua a partir de três pontos comuns: a renda, os vínculos e a moradia, que se relacionam como um uso do espaço público que visa suprir estes aspectos.

Para além das políticas públicas, observar como a População em Situação de Rua vem sendo representada na mídia pode fornecer pistas de que lugar esses grupos vêm ocupando no laço social. Podemos observar que, em algumas reportagens, é persistente a utilização do termo “moradores de rua” (Peixoto & Marinato, 2021; Reverbel, 2020). Ultrapassando a dimensão do termo utilizado, cabe apontar que diversas notícias chamam atenção para elementos como a limpeza e a organização do território onde vivem as pessoas em situação de rua (Peixoto & Marinato, 2021) ou para a manutenção de certas tradições, como o Natal, mesmo nas ruas (Queiroz, 2020). O destaque para essas características parece trazer consigo a ideia de que há algo de extraordinário, digno de nota, como se o lugar-comum atribuído a essas pessoas fosse o oposto. A julgar pelas notícias, é mais noticiável a higiene daqueles que vivem na rua do que o viver na rua em si.

Estas notícias aparecem em um cenário em que figuras políticas de destaque relacionam explicitamente a população em situação de rua ao lugar da sujeira (Reverbel, 2020). Cabe trazer, mais uma vez, o artigo de Varanda e Adorno (2004), sugestivamente chamado de “Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde”, que argumenta que os programas sociais desenvolvidos para a população em situação de rua refletem uma lógica de descarte social. A proximidade com o lixo urbano coloca esta população como alvo de limpeza das vias públicas, cujo objetivo é simplesmente a sua retirada das ruas.

Ao buscarmos notícias sobre este público, foi possível observar que, a depender do termo pesquisado, o próprio conteúdo das notícias acessadas é diferente. Ao buscar por “População em Situação de Rua” na aba de notícias do Google, na data de 21/11/2022, na primeira página, foi possível encontrar 6 notícias se referindo ao 2º Mutirão de Atendimento à População em Situação de Rua na cidade de São Paulo, que se realizaria na presente data (Souza, 2022; “Cidade de SP terá a partir desta segunda na Praça da Sé mutirão para oferecer serviços à população em situação de rua”, 2022; “População em Situação de Rua receberá atendimento jurídico e social”, 2022; “TRT-2 participa de mutirão para atender população em situação de rua em São Paulo nesta segunda”, 2022; “Tribunal Federal da 3ª Região promove

mutirão para atender pessoas em situação de rua”, 2022 e “Comando Militar do Sudeste afirma que barracas montadas em SP são para ação social”, 2022), 1 notícia reportando a realização de uma reunião para discussão de ações relacionadas à PSR na cidade de Campinas (“Reunião debate ações para Assiste Campinas e população em situação de rua”, 2022), 1 reportagem noticiando a criação de um Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua no município de Maceió (Napoleão, 2022), 1 notícia sobre a realização de uma audiência pública sobre a População em Situação de Rua no Tribunal de Justiça do Paraná (“TJPR sedia Audiência Pública sobre a População em Situação de Rua”, 2022) e 1 notícia sobre audiência do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes junto a representantes do movimento da População em Situação de Rua (Ramalho, 2022). Notícias de temáticas semelhantes aparecem, também, nas páginas subsequentes.

Por outro lado, quando pesquisamos, na mesma data e no mesmo mecanismo de busca, as palavras “morador de rua”, encontramos 1 notícia sobre uma pessoa em situação de rua aprovada em um concurso público (TV TEM, 2022), 4 notícias sobre uma pessoa em situação de rua que teve 90% do corpo queimado na cidade de Sete Lagoas (Oliveira, 2022; “Morador de rua tem corpo queimado no bairro Boa Vista”, 2022; “Morador de rua é socorrido de helicóptero após ter corpo queimado em Sete Lagoas”, 2022; “Morador de rua tem corpo incendiado durante briga em Sete Lagoas”, 2022), 1 notícia sobre uma pessoa em situação de rua salva pela polícia de ser morta por traficantes em Rondônia (“DÍVIDA DE DROGAS: PM evita que morador de rua acorrentado fosse morto e jogado no rio Madeira”, 2022), 1 notícia sobre uma cidadã que pede auxílio para uma pessoa em situação de rua com deficiência (“Pinheirense pede ajuda para dar melhores condições a morador de rua com deficiência”, 2022), 1 notícia sobre um homem em situação de rua que esfaqueou a namorada na cidade de Juazeiro do Norte (Tenório, 2022) e 1 notícia sobre uma pessoa em situação de rua encontrada morta em caso enquadrado como homicídio em Guaratinguetá (“Morador de rua é encontrado morto em Guaratinguetá”, 2022). Nas páginas seguintes, vemos, em sua maioria, notícias semelhantes.

Podemos perceber que, enquanto, no primeiro caso, as notícias estão relacionadas à promoção de ações públicas direcionadas a esta população, no segundo caso, as notícias, em sua maioria, apresentam relatos de violência ou de pedidos de ajuda para o indivíduo que se encontra em situação de rua, com apenas uma notícia de cunho positivo. Essas observações reforçam a ideia de que a escolha de denominações não é arbitrária, mas está diretamente associada ao modo como aquele grupo populacional é representado e com o tipo de olhar que se direciona a ele. Podemos refletir, a partir de Lacan, sobre a maneira como a linguagem

constrói o mundo das relações simbólicas: “É aí que intervém a relação simbólica. O poder de nomear os objetos estrutura a própria percepção.” (Lacan, 2010/1978, p. 231). Discursivamente, quem é foco de discussões públicas em torno de direitos e quem é alvo de violências? Nesse sentido, se entendemos que um significante, necessariamente, precisa ser articulado, podemos observar quais são os significantes atrelados ao significante “População em Situação de Rua” e quais se articulam a “Morador de Rua”.

Embora seja importante analisar como os diversos agentes sociais tratam a questão da rua, cabe ressaltar a necessidade de que a própria população seja escutada. Varanda e Adorno (2004), levantam uma série de denominações utilizadas pela própria população em situação de rua, destacando-se termos como *maloqueiro*, *albergado*, *bêbado* e *nóia*. No entanto, pode-se apontar, como fazem os autores, que esses termos muitas vezes refletem uma adesão à visão social e institucional sobre essa população, que é informalmente classificada a partir do local de abrigo (*maloqueiro/albergado*) ou a partir do uso de substâncias (*bêbado/nóia*).

Costa (2007) destaca, ainda, o caráter ambivalente de se categorizar a População em Situação de Rua, pois, por um lado, essas denominações são importantes para que se constitua um campo em relação ao qual se pode pensar e agir sobre a questão, e, ao mesmo tempo, se produz um estereótipo que apaga a multiplicidade desta realidade. Nesse tensionamento, entendemos que, entre os múltiplos sentidos dados, indicados por enunciados diversos e tantas vezes estigmatizantes, cabe ressaltar a posição da psicanálise ao questionarmos: entre o sofredor, o “*nóia*”, o morador de rua e o cidadão, o que aparece quando escutamos o sujeito?

Talvez resida aí um dos elementos que constitui o cerne da potencialidade de uma clínica psicanalítica que, como traz Rosa (2018/2016), não busca desenraizar o sujeito de seu tempo. A autora aponta, ainda, que o inconsciente guarda o que não é elaborado, tanto na esfera familiar quanto pública, uma vez que as próprias transformações que marcam a cultura ocorrem à revelia dos sujeitos, os quais dela participam mesmo sem saber. Lacan nos aponta que o sujeito é um jogo no qual as cartas já foram dadas:

O jogo é o sujeito. Mas isso não impede que o baralhamento das cartas o preceda, que as regras tenham sido elaboradas sem ele, que outros tenham marcado as cartas, que ele possa estar fora do baralho, que os próprios viventes que estiverem jogando sob o domínio dos fantasmas só o anunciem por seu naipe, e que, seja qual for o jogo que se jogue, sabe-se que nunca se jogará senão no jogo. (Lacan, 2003/2001b, p. 171).

Que o jogo, que é o sujeito, tenha sido montado antes dele, contudo, não significa que este jogo não possa ser movimentado de alguma maneira, ou, como Lacan aponta em outra

ocasião, “O jogo já está jogado, os dados já foram lançados. Já foram lançados com a seguinte ressalva, podemos retomá-los em mão, e lançá-los mais ainda.” (2010/1978, p. 297). E é pela via do desejo e de seu reconhecimento na experiência analítica que, em meio a isso, algo pode ser sustentado:

O que está em jogo numa psicanálise é o advento, no sujeito, do pouco de realidade que esse desejo sustenta nele em relação aos conflitos simbólicos e às fixações imaginárias, como meio de harmonização destes, e nossa via é a experiência intersubjetiva em que esse desejo se faz reconhecer. (Lacan, 1998/1966a, p. 281).

Não pretendemos com isso defender que a questão da População em Situação de Rua possa ser resumida ao campo abarcado pela psicanálise ou mesmo ao campo subjetivo - muito ao contrário -, reconhecer que o jogo já está dado implica um esforço de compreendermos a dimensão política na qual suas regras se sustentam. Buscamos, contudo, defender a dimensão da fala como aquilo que faz de nós humanos.

Rosa (2018/2016) aponta que a naturalização do desamparo social leva a um desamparo discursivo, que lança o sujeito a um silenciamento. Entendemos que romper com este silenciamento é necessário, tanto em uma dimensão individual quanto em uma dimensão coletiva, como ocorreu, até certo ponto, com as reivindicações em torno de políticas públicas. A autora nos lembra, ainda, que, para Lacan, a resistência é do analista, pois, bastando que o analisando cumpra a regra fundamental, a da associação livre, o que resta de fundamental é a parte do analista, através de sua escuta e intervenção. Nesse sentido, Rosa (2018/2016), traça uma aproximação com os relatos de pessoas envolvidas em situações sociais traumáticas, que afirmam não poderem falar por não haver quem os escute. É nesse sentido que propomos que, para além deste rompimento de silêncio, é preciso que se rompa o *ensurdecimento*, seja ele dos psicanalistas, da psicanálise ou da cultura e da sociedade de um modo geral.

2.2 As políticas públicas

Neste movimento de pensar o significante *público* em suas diferentes facetas, é importante nos debruçarmos, também, sobre as políticas públicas. Esse tema atravessa esta pesquisa na medida em que nos permite uma reflexão sobre como a sociedade tem se organizado em torno de resolver suas problemáticas e, de maneira mais específica, o que tem sido proposto acerca da População em Situação de Rua.

Para Schmidt (2018), o termo “políticas públicas” vem sendo utilizado de maneira crescente, seja na mídia, em documentos e pronunciamentos oficiais ou nas reivindicações de movimentos sociais, frequentemente de maneira pouco rigorosa. Os diversos autores do campo das ciências políticas apresentam definições diferentes para as políticas públicas, mas a maioria delas converge para a ideia de que as políticas públicas são respostas a demandas sociais. Nesse sentido, a definição proposta por Schmidt (2018) é a de que “política pública é um conjunto de decisões e ações adotadas por órgãos públicos e organizações da sociedade, intencionalmente coerentes entre si, que, sob coordenação estatal, destinam-se a enfrentar um problema político.” (p. 127) Essa definição evidencia que a política é formada por um conjunto de ações, e não por ações isoladas, as quais devem ser propostas a partir de uma intencionalidade, e que cabe ao Estado sua organização e coordenação, ainda que não necessariamente sua execução direta. Destacamos também a definição de Souza, citada por Barbosa (2018), segundo a qual “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” (p. 7).

As políticas públicas não se configuram como um conceito e um campo de estudos e de proposições desde sempre. Passou-se a falar em políticas públicas somente em torno dos anos 1950, com o advento de um Estado que intervinha na política, na economia e na vida social. É, portanto, um tópico pertencente ao âmbito do Estado contemporâneo. No Brasil, a discussão se intensificou a partir dos anos 1980, na sequência das diversas lutas contra a ditadura militar, e teve grande destaque, sobretudo, nos anos 2000 (Schmidt, 2018).

Diferentes agentes políticos podem estar envolvidos de maneira direta ou indireta em uma política pública, como, por exemplo, as autoridades do executivo, legislativo e judiciário, os partidos políticos, servidores públicos, a mídia, organizações da sociedade civil e organizações privadas. A respeito das últimas, Schmidt (2018) traz que seu peso e influência desproporcional têm sido apontados como um desafio para as democracias contemporâneas, sendo a administração privada um ideal de referência nas produções sobre a administração

pública, o que sinaliza uma cooptação da lógica de mercado em diversas dimensões sociais. A este respeito, cabe lembrar que, como traz o autor, as políticas públicas não são um elemento isolado, mas resultam de um processo político ligado à cultura e ao contexto, bem como às instituições.

No que se refere especificamente ao Brasil, se faz importante localizar alguns elementos que, historicamente, culminaram na maneira como o Estado se organiza em nosso país. Segundo Pochmann (2017), o Estado capitalista no Brasil teve suas bases assentadas no século XIX, com a modificação da sociedade pautada no modelo agrário-escravista. Diferentemente da Europa e sua extensa experiência feudal, o Estado capitalista brasileiro seguiu um caminho liberal tradicional, que centralizava a justiça, a coleta de tributos e a defesa do território, marcado por um processo de industrialização tardio.

Ao longo do tempo, o Estado caminhou em convergência com a dinâmica capitalista, atendendo às exigências da competição intercapitalista e da dominação que atinge países da periferia global, como é o caso do Brasil. Seu papel, historicamente, tem sido marcado pelo que Pochmann (2017) chama de determinantes externos e internos.

No que se refere aos determinantes externos, (Pochmann 2017) aponta que, durante o século XIX, em âmbito geral, os Estados se caracterizavam por uma atuação mínima, responsável, principalmente, pelo controle da ordem policial, da moeda e da tributação, enquanto a acumulação do capital era autorregulada. No entanto, diante dos eventos que culminaram na Grande Depressão de 1929, começou a despontar a incapacidade da autorregulação do capital, levando à necessidade de modificações nas intervenções estatais, principalmente diante da formação de oligopólios. A intervenção do Estado, nesse momento, era compatível com as exigências da acumulação de capital e com a regulação de conflitos sociais. Assim, surge contexto para o estabelecimento de políticas públicas, que passaram a ser difundidas no início do século XX.

Após as já mencionadas crises, que se somaram à Primeira e à Segunda Guerras Mundiais, o predomínio da Europa como centro dinâmico mundial foi perdendo forças diante da hegemonia estadunidense. Além disso, esse período se caracterizou por um movimento de descolonização de diversos países. Esse momento histórico também incitou modificações importantes no papel do Estado, contexto em que surgiram diferentes variações do chamado Estado de bem-estar social (Pochmann, 2017). No entanto, a partir do final da década de 1970, novas modificações passaram a ocorrer, como o esgotamento da expansão da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, o abandono de acordos pós-guerra que mantinham o padrão monetário ouro-dólar e a modificação da estrutura de competição intercapitalista

remanescente do século XIX. A Ásia passou a representar um importante polo de expansão capitalista, e a hegemonia estadunidense se realinhou a partir de ideais neoliberais e da difusão de um receituário desregulatório (Pochmann, 2017). Assim, foi constituída uma estrutura de oligopólio regulado, não pelos Estados nacionais, mas sob comando de corporações transnacionais, que pressionam, inclusive, as decisões nacionais.

Pochmann (2017) destaca, ainda, os determinantes internos da atuação do Estado brasileiro, como, por exemplo, sua localização em relação à dinâmica global, enquanto um país da periferia do capitalismo. Durante a primeira onda de globalização capitalista, o Brasil vivia seu processo de independência, constituindo um Estado liberal, no qual as políticas públicas eram pontuais, atendendo, principalmente, ao monopólio da moeda, da violência armada e dos tributos.

Com o declínio da hegemonia europeia, sobretudo inglesa, que dominou estes primeiros momentos, o Estado se diversificou em suas ações, atentando-se aos requisitos da dinâmica de acumulação interna, que, na época, era pautada na produção de café (Pochmann, 2017). Após a década de 1930, o Brasil apresentou avanços em seu processo de industrialização, processo que, contudo, excluiu boa parte da população e que se deu, em grande medida, sob governos autoritários. Ao longo desse processo histórico, as políticas sociais sempre foram subordinadas às políticas econômicas, uma vez que se entendia que o progresso econômico, naturalmente, resolveria os diversos problemas sociais (Cohn, 2020).

Em meio à mobilização pelo fim da ditadura militar e às reivindicações de diversos grupos sociais, a Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, formalizou diferentes demandas sociais e o reconhecimento de direitos fundamentais (Cohn, 2020). Após o processo de redemocratização pós-ditadura militar, o Estado brasileiro sofreu profundas transformações, vendo-se entre as pressões compreendidas pelo processo de financeirização da economia e as demandas e compromissos sociais. Os governos que se seguiram a esse período possuíam diferenças importantes entre si, mas se pautaram na direção de algumas diretrizes em comum, como a afirmação de maior soberania na relação com outros países, ainda que de maneira descontínua (Pochmann, 2017).

Em relação a esse período, Cohn (2020) destaca, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), a criação do Programa Comunidade Solidária, com foco na população vulnerável, além dos programas de transferência de renda como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, embora as conquistas obtidas não fossem adquiridas sem contradições, mas sempre em tensionamento com os interesses privados. Ainda segundo Cohn (2020), nos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) a

dependência das políticas sociais em relação às políticas econômicas não se extinguiu, mas foi atenuada diante da intensificação nos investimentos em diversos programas. Como exemplos, podemos citar o Fome Zero e o Bolsa Família, criados em 2003. No campo da educação, houve a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2007; o surgimento de mecanismos de ampliação de acesso ao ensino superior como o Programa Universidade para Todos (Prouni), e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Além dessas medidas, esse governo também foi marcado pelo aumento do salário mínimo, aumento acumulado que, ao fim de 2010, representava um crescimento de 50%. Estas políticas permitiram certa mobilidade social para a base da pirâmide e uma movimentação da economia interna pela via do consumo.

Para Cohn (2020), o governo de Dilma Rousseff (2010 - 2016) representou a consolidação de políticas sociais iniciadas nos mandatos de Lula, embora avalie que o segundo mandato iniciado pela presidente tenha sido marcado por certo distanciamento em relação à sociedade e aos movimentos sociais. No entanto, o *impeachment* de Dilma, em 2016, e o consequente governo de Michel Temer (2016 - 2018) representaram uma mudança nos padrões das políticas implementadas até então, sendo caracterizado pelo comprometimento da soberania nacional, por reformas neoliberais e pelo afastamento de um projeto de sociedade inclusiva, através da redução dos investimentos públicos (Pochmann, 2017).

Nesse sentido, cabe destacarmos a aprovação da Emenda Constitucional 95, conhecida como Teto de Gastos, que determina limites para o orçamento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A Emenda Constitucional determina que, para os 20 anos que se seguem à sua aprovação, ocorrida em 2016, o orçamento de cada ano deve ser definido com base no orçamento do ano anterior, apenas corrigido de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou de outros índices tomados como referência, não podendo ser superior a esse valor (Brasil, 2016). Para Castilho e Lemos (2021), essa Emenda vem intensificando o processo de desfinanciamento dos sistemas de seguridade social no Brasil. A redução nos investimentos nas áreas de Saúde, Assistência e Previdência Social vem sendo vinculada à mercantilização de direitos sociais, pois, a partir de sua precarização, esses passam a ser acessíveis pela via privada, através do mercado (Castilho e Lemos, 2021).

O Governo de Jair Bolsonaro (2019 - 2022) se pautou, desde seu programa, na defesa explícita do Liberalismo como diretriz econômica. Aliado a um discurso de conservadorismo, seu programa é caracterizado por Zimmermann (2022), a partir da definição proposta por Mesquita sobre outros países da América Latina, como neoliberalismo familiarista, que defende um Estado mínimo e transfere às famílias a responsabilidade pelo bem-estar dos membros. Em

contraposição a isso, cabe lembrarmos aqui, no que se refere à População em Situação de Rua, a ocorrência frequente do rompimento de vínculos familiares.

No tocante aos diversos grupos em situação de vulnerabilidade social, Cruz (2022) afirma que o Governo Bolsonaro combinava “o desmonte do aparato protetivo social público, legislação setorial, escárnio público e simbólico, com conseqüente fragmentação do tecido social.” (p. 54). Essa destruição de direitos fundamentais representa, ainda segundo Cruz (2022), a destruição de um pacto social.

Esse processo se deu em meio ao cenário de extrema crise causado pela pandemia de covid-19. Combinados, o desmonte político e a crise sanitária provocaram efeitos catastróficos no Brasil. A diretriz assumida pelo Governo Federal pode ser resumida no slogan “O Brasil não pode parar”, com o qual, pouco depois da chegada da pandemia ao país, convocava-se a população brasileira a um retorno à normalidade (“Governo lança campanha ‘Brasil não pode parar’ contra medidas de isolamento”, 2020). Podemos ler nessa diretriz os atravessamentos de um discurso no qual a produção não pode parar, ou, como traz Lacan (1972), um discurso “loucamente astucioso”, que “anda como sobre rodinhas”, e no qual o sujeito se relaciona, não com uma alteridade, mas com os objetos da produção, que, mesmo em um contexto de emergência sanitária, dominam a cena, sendo colocados como a prioridade inquestionável. Se o Brasil não pode parar, cabe questionarmos quem continua girando esta engrenagem imparável. Como trazem Calazans e Matozinhos (2021), embora o vírus, em si, não possua a raça ou a classe como fatores de risco, no Brasil, as mortes por covid-19 foram maiores entre a população negra do que entre a população branca, o que pode estar associado à posição de subalternidade e de informalidade no campo do trabalho a que essa população vem sendo historicamente delegada.

Embora muito cedo para uma análise, cabe apontar um adendo a respeito do atual governo de Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em janeiro deste ano. A partir dos movimentos de transição entre governos, podemos ver indícios de uma alteração nos rumos das políticas públicas, assumidos, sobretudo, desde o Governo Temer. A esse respeito, cabe marcar a promulgação da chamada PEC da Transição, que permite aumentar R\$145 bilhões no já referido teto de gastos, com o objeto de financiar investimentos sociais no Orçamento de 2023 (“PEC da transição é promulgada pelo Congresso”, 2022).

No tocante às políticas públicas relacionadas à População em Situação de Rua, Barbosa (2018), aponta que, apesar do grande contingente de pessoas em situação de rua, o movimento de implementação de ações voltadas à inclusão e à promoção de direitos para esse público é recente na história brasileira. A princípio, as iniciativas eram pautadas, sobretudo, na filantropia

ou na repressão. Somente a partir da década de 1990, movimentos que reivindicavam tais direitos começam a possuir alguma relevância no âmbito municipal, com o surgimento dos primeiros espaços de participação social a integrarem a População em Situação de Rua.

Em âmbito federal, o tema começa a possuir maior destaque a partir dos anos 2000 (Barbosa, 2018). A Política Nacional de Assistência Social, de 2004, passou a abranger essa população. Além disso, a partir de modificações na Lei Orgânica de Assistência Social, em 2005, foi estabelecida a obrigatoriedade da criação de programas voltados à PSR. Também data de 2005 a criação oficial do Movimento Nacional da População de Rua, que passou a marcar presença em espaços de participação social e na formulação de políticas. Em 2009, houve a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, a partir da qual foram criados serviços específicos, como os Centros Pop e o Consultório de Rua. No entanto, essas políticas dependem de sua implementação pelo âmbito municipal, o que muitas vezes não ocorre (Barbosa, 2018).

Em 2012, foi proposta a estratégia do Consultório na Rua, que, como mencionado em outros momentos, é um serviço vinculado ao Sistema Único de Saúde e que está no campo da Atenção Básica, podendo funcionar como porta de entrada para outros serviços do SUS (Salgado, 2022). Outro marco na história das políticas públicas voltadas à População em Situação de Rua foi a criação, em 2013, do Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua. Essa resolução propõe cinco eixos: a inclusão da População em Situação de Rua no escopo das redes de atenção à saúde; a Promoção e Vigilância em Saúde; a Educação Permanente em Saúde na abordagem da Saúde da PSR; o Fortalecimento da Participação e do Controle Social e o Monitoramento e avaliação das ações de saúde para a PSR (Salgado, 2022).

A partir desse breve e sucinto histórico do campo das políticas públicas no Brasil, podemos ler alguns atravessamentos do discurso capitalista na história do desenvolvimento de tais políticas, ainda que de maneiras mais ou menos intensas e mais ou menos explícitas a depender do jogo de forças em destaque em um determinado contexto. Uma das heranças dessa história, como é apontado por Cohn (2020), é a dificuldade, presente mesmo após a promulgação da Constituição chamada cidadã, “de se dissociar, no imaginário social, a condição de indivíduos portadores de direitos cidadãos da sua condição de mercado.” (p. 133), sobretudo pensando-se nos diferentes regimes políticos ao longo do século XX, que sustentaram a concepção dos direitos sociais como equivalentes ao consumo de benefícios e serviços regulados pela situação dos indivíduos no mercado de trabalho. Propomos articular essa ideia às proposições de Alemán (2016) de que o sujeito que o discurso capitalista em sua virada

neoliberal busca produzir é o que faz gerência de si mesmo como uma empresa. Se o objetivo de uma empresa é produzir lucros, o que acontece com o indivíduo que, por qualquer que seja a razão, está fora do circuito produtivo do mercado formal?

Além disso, podemos apontar, também, as consequências do já mencionado desmonte de direitos sociais em governos recentes, como o Governo Bolsonaro. Com base em sua defesa do Liberalismo, que vai desde o plano de governo à escolha dos ministros e no desprezo declarado por minorias e grupos em situação de vulnerabilidade social, que se materializa nas políticas, destacamos, como trazido por Cruz (2022), o esgarçamento do tecido social brasileiro através da destituição de aparatos simbólicos protetivos. Nesse sentido, podemos retomar o apontamento de Lacan (2003/2001a) de que o discurso capitalista leva a uma precarização do laço social, que tem consequências, sobretudo, para aqueles que se encontram em uma posição de maior vulnerabilidade nesse laço.

2.3 O espaço público

Em sua discussão sobre o que chama de direito à cidade e, mais especificamente, sobre a influência recíproca entre os processos de urbanização e de industrialização, Lefebvre (2015/1968) traça uma distinção entre a cidade como obra e a cidade como produto. A primeira estaria relacionada ao valor de uso - do qual o autor destaca, sobretudo, a Festa, como o principal uso da cidade. O segundo estaria ligado à cidade em seu valor de troca, tendendo à generalização da mercadoria, do comércio e do dinheiro. É a partir daí que o autor propõe sua tese:

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. (Lefebvre, 2015/1968, p. 14).

Dessa citação, podemos destacar um aspecto contraditório, mas fecundo, da cidade: o fato de que ela está subordinada ao valor de troca, mas, ao mesmo tempo, contém em si os embriões para uma revalorização do uso.

Lefebvre (2015/1968) descreve, ainda, os movimentos urbanísticos ocorridos em Paris na segunda metade do século XIX. Segundo o autor, com a ascensão da burguesia, após 1848, a própria cidade foi conquistada por essa classe, convivendo, no meio urbano, com o proletariado, que ocupava não somente pardieiros, mas também casas alugadas junto às classes mais abastadas. Com a subsequente ameaça de um movimento revolucionário, foi preciso para a burguesia, classe que passara a ser dominante, expulsar o proletariado dos centros urbanos. Por que foi necessário expulsar o proletariado dos centros urbanos para coibir as sementes revolucionárias? Como aponta Lefebvre (2015/1968), “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade.” (p. 22).

A descrição de Lefebvre (2015/1968) permite demonstrar que, de um ponto de vista prático na história, foi preciso isolar de alguma maneira os embates ideológicos de classe para a manutenção da exploração burguesa. Destes encontros e confrontos apontados pelo autor, queremos destacar o aspecto discursivo: a vida urbana como o espaço da circulação de discursos, da formação de laços. Se o discurso capitalista, tal como formalizado por Lacan em 1972, é um discurso em que o sujeito é interpelado diretamente pelos objetos, em que há uma

precariedade dos laços (Lacan, 2003/2001a), que efeitos podemos pensar sobre este espaço que pressupõe o encontro com o outro?

Ainda segundo Lefebvre (2015/1968), podemos observar uma estratégia global: a criação de centros comerciais e centros de consumo privilegiados que concretizam em ato a sociedade de consumo, a imposição de uma ideologia da felicidade através do consumo, a criação de centros de decisões onde se encontram os meios de poder, a repressão e a persuasão, sendo ao redor desses centros que se formam as periferias. Essas condições convergem de maneira que haja uma dominação das pessoas como produtores, consumidores de produtos e consumidores de espaço.

Entendemos que estes apontamentos de Lefebvre (2015/1968) apresentam aproximações com o que entendemos como efeitos do discurso capitalista, como se materializassem, no espaço urbano, as características deste discurso: uma vez que o sujeito se relaciona somente com o objeto, podemos pensar que ele se relaciona com o outro e com o próprio espaço como um objeto a ser consumido, em suma, como um produto.

Ainda seguindo as proposições de Lefebvre (2015/1968), podemos compreender que a cidade não pode ser pensada como um sistema fechado em si mesmo. Ela está em constante relação com a sociedade geral, se transformando junto com ela. A cidade está, segundo o autor, em um papel de mediação, em contato tanto com o que chama de ordem distante, referindo-se às instituições, códigos e culturas, quanto com uma ordem próxima, aqui entendida como os indivíduos em seus grupos e nas relações entre eles. Nesse sentido, a cidade contém e é contida:

Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade, é local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a, projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para meditação. (Lefebvre, 2015/1968, p. 52).

Assim, podemos pensar a cidade como um plano em que se inscreve e se escreve, no âmbito concreto, uma ordem distante. É partindo deste pressuposto que propomos aqui a ideia de que os discursos, entendidos na perspectiva lacaniana, são também inscritos na cidade. Lacan trata do inconsciente como o discurso do outro, como o discurso de um circuito no qual o sujeito está inserido e do qual é um elo: “(...) este discurso efetua um circuito no qual se acham presos uma família inteira, um bando inteiro, uma facção inteira, uma nação inteira ou a metade do globo.” (Lacan, 2010/1978, p. 127).” Ou, se pudermos completar, uma cidade inteira.

Lefebvre (2015/1968) traça, ainda, outros apontamentos sobre a relação da cidade com uma escrita. Nesse sentido, o autor explora, por exemplo, a noção de uma objetividade da

cidade, não relacionada ao plano de um objeto imediato do cotidiano ou de um objeto abstrato da filosofia, mas uma objetividade semelhante à da linguagem - que antecede os próprios indivíduos, que a recebem antes de modificá-la, tal como uma língua ou como um livro escrito. Nesse livro, se escrevem formas e estruturas, um contexto que pode ser inferido a partir do texto, mas não de maneira imediata, havendo níveis de realidade que não são transparentes.

A partir dessa descrição, propomos traçar um paralelo com o processo da análise, pois, como Lacan enfatiza, é com o texto da fala que o analista trabalha, não havendo um para além dela no qual se deveria buscar a chave do processo (Lacan, 1998/1966a). Nesse sentido, o inconsciente se situa em uma dimensão transindividual, censurada do discurso consciente, como um capítulo em branco - e, portanto, não transparente ou imediato, mas o qual pode ser resgatado, uma vez que deixa vestígios. A partir deste paralelo, arriscamos a ideia de que a cidade fala, ou melhor, algo fala através dela. Será que, como no inconsciente, há capítulos censurados? O que pode ser lido a partir de seus vestígios?

Esta pergunta implica pensarmos: como é possível fazer esta leitura? Lefebvre (2015/1968) destaca dois caminhos possíveis para se empreender a análise: o primeiro seria partir do geral das instituições e da cultura para o particular da vida cotidiana, encontrando-se a cidade, neste ponto, como uma forma privilegiada de mediação. O segundo seria partir do próprio plano da cidade e, a partir dela, atingir tanto o geral quanto a vida cotidiana, uma vez que

A cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosas, filosóficas. Apoderar-se delas para as dizer, para expô-las pela via - ou pela voz - dos edifícios, dos monumentos, e também pelas ruas e praças, pelos vazios, pela teatralização espontânea dos encontros que nela se desenrolam, sem esquecer as festas, as cerimônias (com seus lugares qualificados e apropriados. (...) A cidade tem esta capacidade que faz dela um conjunto significante. (Lefebvre, 2015/1968, p. 68).

Sendo assim, Lefebvre (2015/1968) afirma que a Semiologia da cidade possui um interesse teórico e prático, e que ela pode ser analisada à luz de definições linguísticas como significante, significado, significação e sentido. No entanto, deve-se ter reservas à noção da cidade como um sistema único, fechado e total, uma vez que ela está em um emaranhado de diferentes níveis de realidade e de análise, e é composta por subsistemas que se comunicam entre si. Além disso, o autor critica a fetichização da relação formal significante-significado, pois contribui para a ideologia do consumo de signos, ou seja, do consumo de objetos como signos de poder, de felicidade, de técnica, entre outros.

Dessa maneira, Lefebvre (2015/1968) afirma que a análise semiológica deve distinguir dimensões e níveis múltiplos. É preciso diferenciar, por exemplo, a fala da cidade, "aquilo que acontece nas ruas, nas praças, nos vazios, aquilo que aí se diz" (p. 70); a língua da cidade, ou seja, suas particularidades, expressas nas conversas, palavras, gestos e roupas; a linguagem urbana, como um sistema de conotações derivado do sistema de denotações, implicando que, sobre a expressão e o conteúdo correntes no sentido denotativo, são acrescentados novos significados; e, ainda, a escrita da cidade, aquilo que se inscreve em seus muros, na disposição dos lugares e no emprego do tempo pelos seus habitantes.

Além disso, uma semiologia da cidade também deve distinguir entre o que Lefebvre (2015/1968) chama de semantemas ou elementos significantes, tais como linhas retas ou curvas, grafismos, portas e janelas; os morfemas ou objeto significante, como imóveis e ruas; e, por fim, os conjuntos significantes ou super objetos, como a própria cidade.

A semiologia deve, ainda, distinguir uma semiologia do poder, ou seja, o modo como a globalidade é significada; uma semiologia urbana, o modo como a cidade é significada; e uma semiologia da vida cotidiana, se referindo à maneira como são significados os modos de viver e de habitar. Diferentes dimensões, como a dimensão simbólica, que envolve os monumentos, os vazios, praças e avenidas, simbolizando o cosmo, o mundo, a sociedade ou o Estado; a paradigmática, que mostra oposições, como centro e periferia, parte externa e interna, ligado à vida urbana ou não; e a sintagmática, que se refere à articulação dos elementos, das isotopias e heterotopias, também devem ser levadas em consideração.

De todos os elementos citados por Lefebvre (2015/1968) como aqueles que devem ser tomados em conta em uma análise da cidade, gostaríamos de incluir um que, justamente, não aparece em sua proposta - a População em Situação de Rua. Afinal, em sua própria definição, esta população é apresentada a partir da relação que estabelece com o espaço público e, portanto, podemos compreender que materializa elementos tanto da ordem distante - de nossa estrutura social e política, da distribuição habitacional, das políticas públicas - quanto da ordem próxima - a relação dos indivíduos com seus grupos, como a família, entrelaçados, é claro, de maneira particular na trajetória de cada um.

Como já apresentado, Lefebvre (2015/1968) destaca uma predominância do valor de troca nas cidades contemporâneas e uma estratégia global de dominação sobre os sujeitos a partir da via do consumo. No entanto, se pensarmos na População em Situação de Rua, estamos falando de um grupo social que se relaciona com a cidade, não pela via do consumo de mercadorias, mas tendo no próprio espaço público um lugar para se ocupar enquanto moradia e/ou sustento.

Indícios de como a cidade lida com este fenômeno podem ser compreendidos a partir da noção, introduzida pela autora Adela Cortina, de aporofobia. A aporofobia seria uma problemática social específica, que não se reduz, por exemplo, a outros fenômenos, já nomeados, como a xenofobia, e estaria relacionada à rejeição aos pobres, resultando em delitos e discursos de ódio (Soares, 2018). Ao discutirem sobre o fenômeno do ódio, Rosa, Alencar e Martins (2018) o identificam, em seu aspecto de paixão, a um elemento que reforça uma lógica paranoica, que localiza no outro algo que deve ser destruído. A partir dessa lógica, o outro se torna aquele que atrapalha a ideia ilusória de uma sociedade sem conflitos. Assim, é situado como o inimigo, e, como apontam as autoras, nomeado de diversas maneiras que denunciam sua exclusão. Como afirma o texto, “Sem qualquer referência à impossibilidade, o ódio tenta refazer o ser onde havia um sujeito barrado (...)” (p. 19). Daí a suposição de que é o outro o obstáculo para viabilizar a existência desse sujeito sem barra, ilusão que pensamos ser coerente com o discurso capitalista, uma vez que esse busca suprimir a impossibilidade, característica dos outros discursos.

A própria arquitetura das cidades também explicita a maneira como a população em situação de rua é inserida em sua dinâmica: é o que exemplifica a chamada arquitetura hostil, que busca apagar seus vestígios da cidade. Sousa e Costa (2021) se utilizam da argumentação de Bauman para apontar que, com a expansão do capitalismo, a função do Estado mudou, deixando aos indivíduos, na ausência de seu papel protetivo, a necessidade de buscarem por si maneiras de se protegerem de supostas ameaças, características da instabilidade do período contemporâneo. Esse medo do outro seria um dos fatores associados à perda da função de sociabilidade do espaço público e à segregação espacial, sendo a arquitetura um dos meios pelos quais o espaço público se torna pouco receptivo à circulação de pessoas e, de modo mais específico, à ocupação da cidade pela População em Situação de Rua. O artigo de Sousa e Costa (2021) utiliza como exemplo a instalação de pedras embaixo de dois importantes viadutos na cidade de São Paulo, pontos conhecidos por abrigarem pessoas em situação de rua.

A cidade de São João del-Rei, em específico, possui a particularidade de ser uma cidade conhecida pelo turismo histórico. Podemos pensar, a partir das ideias propostas, em uma tendência à exploração do valor de uso na cidade, uma vez que, com isso, parte dos espaços públicos é utilizada, não para usufruto da população, mas para atrair capital para a própria cidade. Talvez seja emblemático que uma cidade em que as igrejas históricas estão por todos os lados, não haja, por exemplo, um único abrigo para pernoite da População em Situação de Rua.

No entanto, cabe lembrar, como traz Lefebvre (2015/1968), que a cidade também resiste a estas tendências, pois o urbano possui uma lógica diferente da lógica da mercadoria. E, no entanto, sobre essa base abalada, a sociedade urbana e ‘o urbano’ persistem e mesmo se intensificam. As relações sociais continuam a se tornar mais complexas, a se multiplicar, a se intensificar, através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a saber, a sua simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer. A realidade urbana, no próprio âmago de sua deslocação, persiste e se densifica nos centros de decisão e de informação. Os habitantes (quais? cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los!) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca. (p. 84).

Nesse sentido, pode a psicanálise ser um dos agentes a promoverem pontos de encontro na cidade, participando desta resistência à cooptação de tudo pelo valor de uso? Partimos aqui da hipótese de que uma clínica de psicanálise, ou, como escolhemos chamá-la, uma clínica de rua, poderia se tornar um espaço de promoção de encontro, não só com o outro, mas com o próprio desejo, indo em busca dos capítulos censurados da cidade.

PARTE III

3 CLÍNICAS DE RUA - O ESBOÇO DE UMA PROPOSTA

Na literatura psicanalítica, não há propriamente uma distinção sistematizada entre clínica de rua, clínica na rua ou outros termos semelhantes. Enquanto, em alguns artigos, há referência a uma prática denominada *clínica na rua* ou *clínica psicanalítica na rua* (Caldas & Boechat, 2018; Guimarães & Jardim, 2019), encontramos, ainda, denominações como *clínica psicanalítica na cidade* (Broide, 2019b) ou *clínicas públicas de psicanálise* (Lima, 2019), que parecem, a princípio, se referir a práticas que possuem como pontos em comum o fato de se estabelecerem nas ruas e de forma gratuita. Para além da literatura psicanalítica, a política pública que define o cuidado multiprofissional em saúde voltado à população em situação de rua é denominada Consultório na Rua (Portaria nº 122, 2011), ao passo que encontramos também publicações que se referem a *consultórios de rua* (Nery Filho & Valério, 2010; Oliveira, 2009) relacionados ao mesmo público. Santana (2014) destaca que, atualmente, a maioria das ações de saúde voltadas à população em situação de rua se encontram sob a denominação Consultório na Rua. A mudança de nomenclatura de Consultório de Rua para o Consultório na Rua acompanhou uma modificação em sua proposta. Inicialmente, o Consultório de Rua era entendido como uma política voltada a questões de saúde mental, enquanto o assim denominado Consultório na Rua surgiu, posteriormente, como uma ação pertencente ao âmbito da atenção básica, sendo a porta de entrada da População em Situação de Rua ao Sistema Único de Saúde.

Diante desse cenário, entendemos que se faz necessário traçar algumas definições sobre o que aqui chamamos de clínicas de rua. Essas discussões não se justificam por um preciosismo inútil, mas porque a escolha de denominações aponta para como e com que perspectivas nos inserimos neste campo.

Do ponto de vista da abrangência, quando tratamos de clínicas na rua, o uso do termo parece ampliar o público da proposta. Assim, uma clínica na rua pode se configurar simplesmente como o ato de constituir o setting analítico nas ruas de maneira aberta a quaisquer públicos que a habitam e que se sintam instigados pelo convite à fala, sejam sujeitos que têm a rua como local de passagem, como local de trabalho ou mesmo como morada.

A clínica de rua, por outro lado, parece remeter especificamente a uma clínica voltada para a População em Situação de Rua (PSR, público que, em geral, possui um acesso extremamente limitado a políticas de saúde física e mental (Wijk & Mângia, 2019). Embora

possamos pensar que a clínica psicanalítica escuta o sujeito - sejam quais forem os adjetivos que o acompanham - essa escolha não é sem consequências, que se evidenciam em questões de ordem prática, por exemplo, nos modos de acessar esta população.

Quando exploramos outros sentidos para os mesmos termos, podemos pensá-los, também, a partir de uma outra perspectiva. De um ponto de vista metodológico, falar em clínica na rua é adicionar à clínica um lugar. Isso parece óbvio, mas pressupõe a transposição de uma clínica já existente para o campo da rua, mudando-se o setting em que essa acontece. Por outro lado, quando falamos em clínica de rua, estamos adicionando à clínica uma qualidade, uma caracterização, e não simplesmente um lugar. Isso levanta a questão: haveria especificidades na assim chamada “clínica de rua”?

É essa a questão que procuramos discutir neste capítulo, propondo uma discussão sobre quem é o sujeito com o qual trabalha a psicanálise lacaniana e sobre os dispositivos clínicos tradicionais como o dinheiro e o divã.

3.1 O sujeito da psicanálise lacaniana

Ao colocarmos o sujeito como o objeto da escuta da psicanálise, em oposição a todas as diversas outras denominações, se faz necessário discutir sobre qual é esse sujeito da psicanálise lacaniana. Para Fink (1998/1995), demonstrar a existência do sujeito lacaniano é impossível, pois este é apontado por Lacan como uma suposição, embora seja uma suposição fundamental para a construção da psicanálise. Boonen e Calazans (2017) apontam que a noção de sujeito na psicanálise é um fundamento clínico, base material das operações analíticas.

Ao longo de sua obra, Freud não teoriza explicitamente sobre o sujeito, mas como traz Lacan (1998/1966g), faz algo novo, que é dizer ao sujeito “Aqui, no campo do sonho, estás em casa.” Podemos compreender a partir disso que o fundador da psicanálise, embora não tenha tratado propriamente da noção de sujeito, estabeleceu as bases para que esta noção seja deslocada para o campo do inconsciente.

É a partir de Lacan que o sujeito passa a ser, explicitamente, uma questão central para a psicanálise. Fink (1998/1995) esboça um breve percurso desse conceito em seu ensino. A partir dos anos 50, Lacan passa a compreender o sujeito como uma posição adotada em relação ao Outro enquanto linguagem ou lei, ou seja, em relação à ordem simbólica. Com o caminhar de sua teoria, o sujeito passa a ser definido como uma relação com o Outro enquanto desejo, desejo este que funciona como causa do próprio desejo do sujeito. Esse algo em relação ao qual o sujeito se posiciona passa a ser compreendido como uma experiência de gozo, a partir do encontro traumático com o desejo do Outro.

Lacan (1998/1966g) se dedica a compreender a constituição do sujeito, apontando suas duas operações de causação: a alienação e a separação. Fink (1998/1995) detalha essas duas operações, conforme desenvolvido por Lacan ao longo de seu ensino. Na primeira delas, a alienação, a criança é assujeitada ao Outro, se tornando sujeito na e da linguagem. Este é o momento da instituição da ordem simbólica, em que o sujeito se constitui enquanto uma possibilidade de ser, um lugar vazio marcado no campo simbólico, como o que Lacan chama de falta-a-ser. Nesse processo, ela desaparece por detrás do significante. Lacan, como é comentado por Fink (1998/1995), se refere a este momento como uma escolha forçada: para se constituir como sujeito, a criança precisa se assujeitar ao universo simbólico. Por outro lado, ela pode “abrir mão” de sua constituição como sujeito recusando este assujeitamento.

Este momento de escolha forçada é o que Lacan (1988/1973) chama de *vel* da alienação: uma escolha na qual um dos elementos do conjunto tem como consequência que a escolha seja nem um, nem outro. Assim, o autor trata do ser do sujeito, que está ali sob o sentido. Caso se

escolha o ser, o sujeito desaparece, cai no não-senso, no entanto, caso se escolha o sentido, ele só subsiste a partir do não-senso que constitui o inconsciente.

Este tipo de escolha, aponta Lacan (1988/1973), não é uma invenção, mas existe na linguagem, tendo como exemplo a frase “A bolsa ou a vida”, que comporta uma escolha na qual uma das alternativas implica que não se ganhe nem um, nem outro. Se o sujeito escolhe a bolsa, perde a bolsa e a vida. Se escolher a vida, terá uma vida sem a bolsa.

A segunda operação é a separação, que envolve o confronto do sujeito com o Outro alienado não como linguagem, mas como desejo. Lacan (1988/1973) aponta este momento de separação como um recobrimento de duas faltas: a primeira é a falta encontrada no Outro, que faz com que, nos intervalos de seu discurso, a criança se questione o que ele quer. Para responder a esta questão da falta no Outro, a criança coloca seu desaparecimento como objeto de desejo deste Outro, questionando-se: “pode ele me perder?”.

Fink (1998/1995) coloca que, portanto, a causa da existência do sujeito é o desejo do Outro, responsável por seu nascimento e por sua emergência enquanto sujeito da linguagem. Assim, para que o sujeito se constitua, é preciso que o próprio ‘Outro’ parental transpareça sua incompletude, sua posição enquanto, ele próprio, sujeito desejante. Neste processo, a criança busca desvendar aquilo que os pais desejam, encontrar o seu lugar nesse desejo e fazer coincidir sua falta-a-ser com a falta do Outro, completando-o.

No caso da constituição do sujeito neurótico, esta total coincidência do sujeito com a falta do Outro é falha, devido à introdução de um terceiro termo, que torna esta relação triangular: o Nome-do-pai. Este significante primordial é responsável pela introdução de uma lacuna na relação dual entre a mãe e a criança, organizando seu universo simbólico (Fink, 1998/1995). A partir desta segunda operação é que o próprio sujeito se constitui como sujeito desejante.

Assim, falar em sujeito na psicanálise não é o mesmo que falar em indivíduo: o sujeito lacaniano não é o sujeito da consciência e nem se identifica com o eu. Lacan (2010/1978) é enfático a este respeito, afirmando que “Com Freud faz irrupção uma nova perspectiva que revoluciona o estudo da subjetividade e que mostra justamente que o sujeito não se confunde com o indivíduo.” (p. 16). Fink (1998/1995) argumenta que o ‘eu’ é formado por uma sedimentação de imagens ideais, sendo, portanto, o sujeito do enunciado, que se identifica com uma determinada imagem. Nesse sentido, podemos apontar que não é na identificação com as imagens conscientes que circulam que encontraremos o sujeito. Ao contrário, o sujeito, para Lacan, não está vinculado à consciência, sendo pressuposto do inconsciente (Lacan,

1998/1966g), o qual “(...) escapa totalmente deste círculo de certezas no qual o homem se reconhece como um eu.” (Lacan, 2010/1978, p. 15)

Fink (1998/1995) aponta que o sujeito lacaniano também não é o sujeito do cogito cartesiano. Lacan coloca o cogito cartesiano apenas como um momento pontual de coincidência entre ser e pensamento, como mera racionalização consciente que leva a um falso ser. Chaves (2002) argumenta, ainda, que é na castração que reside a subversão que o sujeito lacaniano empreende sobre o sujeito do cogito, pois falta ao sujeito um significante, que o torna impensável.

Na conferência “Posição do Inconsciente”, Lacan (1998/1966g) afirma que a causa do sujeito é o significante, sem o qual não haveria sujeito algum no real. Este sujeito é aquilo que o significante representa, podendo representar somente para outro significante. Na mesma conferência, Lacan afirma que a prioridade dada ao significante segue a descontinuidade apontada por Freud, pois nos atos falhos e chistes, o significante irrompe, surpreende o sujeito, ilumina a sua divisão. Como traz Calligaris (2004) isso aponta que o sujeito não é uma entidade ontológica, pois se existe apenas como representado pelo significante, aparece na medida em que se fala e desaparece no mesmo momento, sendo, portanto, uma pulsação.

A partir da literatura sobre o tema, podemos apontar uma adesão às diversas nomeações, muitas vezes estigmatizantes, que provém da cultura e são associadas à população em situação de rua. Nesse sentido, podemos falar de uma alienação a estes significantes, pois, como afirma Lacan (1988/1973), a alienação é o momento em que ocorre uma captura do sujeito pelos significantes que provém do Outro.

Alemán (2016) aponta a necessidade de se distinguir entre duas dimensões da linguagem: a primeira está vinculada à relação de dependência e subordinação do sujeito em relação à linguagem, sendo constitutiva do próprio sujeito e, portanto, ineliminável. A segunda diz respeito à dominação em sua forma sócio historicamente constituída, sendo esta, sim, transformável. Disso podemos concluir que não é possível que o sujeito se constitua sem a alienação à linguagem, em constante tensionamento com o Outro, mas que, por outro lado, o sujeito também não se constitui completamente subjugado à dominação na forma particular que assume sob o capitalismo.

Como traz, ainda, Alemán (2016) “Por definição, o sujeito é aquele que não pode nunca ser representado exhaustivamente, porque sua dependência estrutural da linguagem o impede. O ser falante, sexuado e mortal, feito sujeito pela linguagem, nunca encontra nela uma representação significante que o totalize.” (p. 15, tradução nossa). Assim, a importância de se situar o sujeito como ponto central do trabalho nas ruas é que, em contrapartida, o sujeito da

psicanálise não se define por seus atributos: ele aparece justamente quando algo falha e interrompe. É nesse sentido que, embora seja necessário trabalhar com os enunciados que emergem da cultura, a proposta de uma clínica de rua baseada na psicanálise tem por posição teórica e ética o compromisso de não aderir a eles, se interessando precisamente pelo que não pode ser contemplado por estas nomeações. Nesse sentido, Silveira (2019) relata uma prática psicanalítica na rua que busca uma leitura da função que a rua tem para cada sujeito, apostando em sua singularidade, ponto que acreditamos ser crucial para a clínica, uma vez que se propõe ao deslocamento de sentidos previamente dados.

Assim, como traz Alemán (2016), é preciso reconhecer a dimensão estrutural da constituição do sujeito em sua dependência da linguagem, mas questionar a partir de sua existência a possibilidade de que algo não seja completamente cooptado pela dominação. Como afirma o autor, “É evidente que o capitalismo espera dos seres falantes outra coisa que a verdade do inconsciente.” (p. 31, tradução nossa). Portanto, cabe, através desta prática clínica nas ruas, questionar o que acontece quando é precisamente isso que ofertamos: a possibilidade de que apareça a verdade do inconsciente?

3.2 Clínicas de rua: Política e História

Como já apresentado, a ideia de que a clínica psicanalítica possa se constituir de modo diferente do que se convencionou a conceber como tradicional, ou seja, dentro de um consultório particular e vinculada a um pagamento em dinheiro, não é novidade. Apesar disso, esta é uma ideia sobre a qual Freud expôs diferentes posicionamentos, com a capacidade de se retificar que caracteriza sua obra.

Em 1913, no texto “O início do tratamento”, Freud (2010a/1913) é enfático ao afirmar que o analista deve se recusar a realizar um tratamento sem honorários. Os motivos apontados para essa recusa seriam de duas ordens: o prejuízo que isso acarretaria ao profissional, que, afinal, dispõe de um tempo consideravelmente maior para o tratamento de um paciente que os médicos em geral, e os prejuízos que isso acarretaria ao tratamento em si. Isso porque, em sua própria experiência com o tratamento gratuito, ao qual afirmava dedicar algumas horas de seu tempo tendo em vista o estudo das neuroses, o psicanalista percebia um aumento das resistências do neurótico e uma diminuição de seu empenho em encerrar o tratamento.

Com esta afirmação, Freud não está inadvertido da problemática da inacessibilidade da psicanálise a classes mais pobres, mas se resigna “Quanto a isso não há muito a fazer” (2010a/1913, p. 133). Esta impotência da psicanálise diante da impossibilidade de seu acesso é, de certo modo, atenuada pelo psicanalista, que traz, em seguida, a concepção popular de que a neurose seria menos comum em pessoas mais pobres, e que representaria para elas um imenso ganho secundário, por permitir a comiseração dos outros.

Esta concepção, contudo, é radicalmente diferente da que Freud manifesta apenas alguns anos depois, na conferência, proferida em 1918, denominada Linhas de progresso na terapia psicanalítica (1996/1924). Nesta ocasião, Freud sinaliza a necessidade de ampliar o alcance da psicanálise para as classes mais baixas, diante do grande sofrimento causado pelas neuroses. Isso fica evidente na seguinte passagem:

Pode-se prever que em algum momento a consciência da sociedade despertará, advertindo-a de que o pobre tem tanto direito a auxílio psíquico quanto hoje em dia já tem a cirurgias vitais. E que as neuroses não afetam menos a saúde do povo do que a tuberculose, e assim como esta não podem ser deixadas ao impotente cuidado do indivíduo. Então serão construídos sanatórios ou consultórios que empregarão médicos de formação psicanalítica, para que, mediante a análise, sejam mantidos capazes de resistência e de realização homens que de outro modo se entregariam à bebida, mulheres que ameaçam sucumbir sob a carga de privações, crianças que só têm diante de si a

escolha entre a neurose e o embrutecimento. Esses tratamentos serão gratuitos. Talvez demore muito até que o Estado sinta como urgentes esses deveres. As circunstâncias presentes podem adiar mais ainda esse momento. Talvez a beneficência privada venha a criar institutos assim; mas um dia isso terá de ocorrer. (p. 217)

Segundo Danto (2019), essa fala de Freud se inseriu em um momento de profunda transformação na Viena que se seguiu à guerra. A criação de políticas de bem-estar social visava a reconstruir a região, e se acreditava que a psicanálise faria parte deste momento. Danto (2019) afirma, ainda, que o discurso de Freud teve um grande efeito sobre os psicanalistas da época: a ele se seguiu a construção de diversas clínicas gratuitas, que tiveram um grande impacto na formação das primeiras gerações de psicanalistas. O primeiro centro psicanalítico designado como uma clínica gratuita foi aberto em 1920, em Berlim, e foi chamado de Policlínica de Berlim para Tratamento Psicanalítico de Doenças Nervosas. No primeiro ano, 350 pacientes se inscreveram para tratamento gratuito.

Ao analisarem possíveis relações entre a institucionalização da psicanálise, o posicionamento político dos psicanalistas e os conceitos elaborados por eles, Palumbo, Moreira e Haritçalde (2018) afirmam que, neste momento de efervescência cultural, as clínicas se tornaram o centro da psicanálise, permitindo a prática necessária aos analistas em formação. A institucionalização da psicanálise, neste momento, impulsionava sua relação com a política.

No entanto, este movimento não é permanente na história da psicanálise. Ao contrário, após a morte de Freud e diante das circunstâncias históricas que culminaram na Segunda Guerra Mundial, a psicanálise foi se distanciando de uma perspectiva mais crítica, que foi, inclusive, sendo apagada e rapidamente esquecida (Palumbo, Moreira e Haritçalde, 2018). Danto (2019) chama atenção para o fato de que a Conferência de Budapeste, na qual Freud tratou da necessidade de futura ampliação da psicanálise, também foi sede de outra resolução: o modelo de formação tripartite, composta por curso teórico, supervisão de casos clínicos e análise pessoal. Enquanto esta resolução tem efeito até os dias de hoje na formação dos analistas, as clínicas construídas a partir do mesmo momento foram esquecidas, e, quando lembradas, o são somente do ponto de vista de seu aproveitamento para a formação dos analistas da época.

Broide (2019b) destaca, ainda, o movimento ocorrido na Argentina, país com forte influência da imigração. Tendo alguns expoentes como Marie Langer e Pichon Rivière, constituiu-se uma psicanálise de tendência progressista. Os psicanalistas se propunham a trabalhar em situações sociais diversas, criando centros de saúde mental e ocupando diferentes instituições. Contudo, de maneira semelhante ao ocorrido na Europa, na Argentina também ocorreu uma desarticulação desta tendência frente ao golpe militar.

Ainda segundo Broide (2019b), em torno dos anos 70, este processo começou a despontar no Brasil, tendo início um trabalho com a psicanálise fora dos consultórios, nas ruas e instituições, e que se estendia ao que o autor chama de situações sociais mais críticas. Apesar de persistirem, estas iniciativas não eram, contudo, hegemônicas, muito ao contrário. Moreira, Bulamah e Kupperman (2014) demonstram como as instituições de psicanálise durante a ditadura militar, no Brasil, não somente se abstinham de se posicionar contra o regime ditatorial vigente, como reproduziam nas próprias instituições uma tendência à adaptação dos candidatos a analistas a determinado ideal de normalidade e conservadorismo como finalidade das análises didáticas.

Mais recentemente, Ab'Saber (2021) identifica, no Brasil, um movimento de aproximação de trabalhos e coletivos de psicanalistas com o espaço público, sobretudo por volta de 2014, tendo como uma das precursoras a Clínica Aberta de Psicanálise, em São Paulo.

Neste sentido, podemos apontar que, embora a possibilidade de uma clínica psicanalítica que subverta as condições tradicionais de um consultório particular tenha um longo caminho, este não é linear e precisa ser compreendido considerando-se as instituições de psicanálise, a maneira como ela é transmitida e o contexto histórico e cultural.

3.3 As controvérsias em torno do dinheiro na análise

Uma das premissas da clínica de rua, pelo menos da maneira como a estamos definindo, é a ideia de que seu funcionamento não esteja condicionado ao pagamento em dinheiro. Essa ideia, contudo, não aparece sem controvérsias para a psicanálise, de modo que se faz necessário discutir quais entendimentos sobre o pagamento fundamentam os diferentes posicionamentos produzidos no campo psicanalítico. Em sentido semelhante, Slemenson (2000) afirma que as experiências com o intuito de viabilizar o acesso à psicanálise para parcelas mais amplas da sociedade vem colocando-a frente a uma escassez de dinheiro, que se impõe como uma questão para a psicanálise.

Na obra de Freud, como já apontado, podemos demarcar duas diferentes posições sobre a questão do pagamento para a psicanálise. Em 1913, em seu texto *Sobre o início do tratamento*, o psicanalista afirma que: “O analista não contesta que o dinheiro deve ser visto em primeiro lugar como meio de autopreservação e obtenção de poder, mas afirma que poderosos fatores sexuais estão envolvidos na apreciação do dinheiro.” (Freud, 2010a/1913, p. 132). Disso podemos compreender que, embora Freud não ignore as funções do dinheiro para a manutenção da vida e seu significado social enquanto um símbolo de poder, inclui, ainda, os aspectos sexuais. Portanto, como prossegue o texto, o dinheiro deve ser tratado pelo analista com a mesma franqueza com a qual pretende educar o paciente em questões sexuais. Nesta mesma ocasião, Freud recomenda que se recusem tratamentos gratuitos, aos quais ele mesmo afirma ter dedicado algumas horas de seu tempo, porque aumentariam as resistências do neurótico. Embora reconheça a inacessibilidade do tratamento analítico às classes mais pobres, afirma que o gasto para a classe média é excessivo apenas na aparência, afinal, “Não há nada mais caro na vida que a doença - e a estupidez.” (p. 134).

Apesar desta fala, na passagem, também já apresentada, em que Freud aponta sobre a necessidade de se ampliar o alcance da psicanálise, o psicanalista afirma claramente que estes tratamentos serão gratuitos (Freud, 1996/1924). Como podemos pensar posicionamentos tão diferentes no curso de apenas alguns anos? Danto (2019) afirma que este discurso de Freud foi, de certa maneira, uma reação ao risco que a psicanálise corria de se tornar irrelevante. Deste modo, sua sobrevivência econômica dependia de que o Estado assumisse a responsabilidade pela saúde mental. Além disso, a experiência do próprio Freud e desta geração de psicanalistas se inseria nas transformações sociais que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. A autora afirma, ainda, que esta perspectiva não foi uma mudança súbita, já estando presente nas correspondências de Freud com outros psicanalistas.

Mesmo após a criação das clínicas públicas que tiveram como pontapé este apontamento de Freud, as controvérsias sobre o pagamento não foram sanadas. A posição dos analistas sobre o tratamento gratuito e sobre os honorários era motivo de polêmicas na Policlínica de Berlim. Como traz Danto (2019), a policlínica não possuía uma diretriz específica sobre os tratamentos gratuitos: análises gratuitas eram conduzidas ao lado de análises pagas, e havia uma tabela de honorários que variava conforme as possibilidades do paciente. Esperava-se que os pacientes pagassem o quanto pudessem, mas, no geral, os honorários pagos pelos pacientes representavam apenas 10% do orçamento da policlínica, que sobrevivia principalmente de doações privadas.

Ainda segundo Danto (2019), Max Eitingon, responsável pelo financiamento da policlínica, afirmava que o fato de os pacientes pagarem, ou não, não teria importância no curso da análise. No entanto, os baixos honorários geravam ansiedade entre os psicanalistas que atendiam na policlínica. Alguns deles argumentavam, e a autora questiona se não por interesse próprio, se a ausência de pagamento não deixaria de "pressionar" o paciente a lidar com suas questões, ideia que reflete o primeiro posicionamento de Freud sobre os tratamentos gratuitos. Além do fato de o próprio Freud ter emitido, posteriormente, um posicionamento completamente diferente sobre o assunto, cabe questionar se a ideia de pressionar ou convencer o paciente é coerente com os conceitos psicanalíticos. Afinal, se entendemos que os sintomas e questões de que se queixam o paciente respondem a uma lógica inconsciente, que escapa ao Eu, o qual "não é senhor em sua própria casa", será que é por meio de um "convencimento" que o processo analítico pode se encaminhar?

No campo psicanalítico contemporâneo, muito se tem dito sobre a função do dinheiro na análise. O fato de que as argumentações partem de premissas teóricas bastante diferentes já nos indica que não há propriamente uma coerência teórica sobre o assunto entre os diferentes psicanalistas, ainda que, dessas perspectivas, possamos extrair consequências semelhantes para a prática clínica.

Batista (2007), por exemplo, argumenta que o analista deve saber cobrar o que custe caro ao analisando, uma vez que o dinheiro teria a função de apontar o caminho do desejo do sujeito. Segundo o artigo, o pagamento deveria ser, necessariamente, pela via do dinheiro, uma vez que a psicanálise está inserida nos parâmetros culturais. Assim, abrir mão do pagamento seria, para o autor, correr o risco de o analista ocupar, para o analisando, o papel de pai da horda - referência ao texto de Freud, Totem e Tabu - como alguém que não se submete ao pacto social pautado pelo dinheiro. Podemos, no entanto, questionar se não há uma incoerência entre essas duas vias de argumentação apontadas no texto: a primeira, a de que o dinheiro aponta o caminho

do desejo do sujeito - e, portanto, passa por uma regulação subjetiva -, e a segunda, a de que o dinheiro é regulado socialmente - de modo tal que, sem ele, o analista se colocaria na posição de estar fora do pacto social.

O artigo de Viviani (2014), por outro lado, recorre ao argumento de que o dinheiro na análise paga por uma escuta a partir da posição de objeto, a qual seria incalculável do ponto de vista da quantia. Afirma que o cálculo é sempre com base na singularidade, mas aponta que a diferença entre o que o analisando quer/pode pagar e o que efetivamente paga deve estar do lado do analista - ou seja, deve estar sempre para mais, pois, se o analista dá um “desconto”, é ele quem paga. A partir destes pontos, podemos levantar, também, algumas questões: se a posição do analista é incalculável, como se pode realizar este cálculo com base na singularidade? Como é possível fazer equivaler o que há de singular para cada analisando a uma quantia em dinheiro? É possível fazer este cálculo singular a partir de uma operação a priori - um a mais do lado do analista?

Estes artigos exemplificam algumas das perspectivas que coexistem no campo psicanalítico sobre o dinheiro e o pagamento. Curioso notar que, embora argumentem por vias diferentes, os artigos convergem para alguns entendimentos em comum: o de que o dinheiro possui um valor para além do material, de que o dinheiro é necessário à análise e de seu custo deve ser caro. Como pensar este tensionamento entre o dinheiro enquanto um elemento da economia política e o dinheiro em seu manejo subjetivo na análise?

É provável que para esta pergunta não exista uma resposta definitiva. No entanto, pensamos que alguns elementos não podem ficar de fora da discussão. O primeiro deles é pensar que, se na clínica psicanalítica a partir de Lacan, tratamos de significantes, e não de signos, um elemento que aparece no curso de uma análise não pode ser pensado acoplado a um significado pronto. Nesse sentido, o dinheiro e suas movimentações também não podem se dar a partir de um significado específico para todos os analisandos, e sim pensado em articulação com outros significantes do caso, para que, só assim, se entenda se, para aquele analisando, o dinheiro aparece articulado a uma lógica sintomática e, assim, de que maneira pode ser manejado, seja para mais ou para menos.

A respeito da dimensão significativa do dinheiro, Slemenson (2000) aponta a possibilidade de uma inclusão do significante dinheiro levando em conta sua capacidade de engendrar a série de objetos marcados pela castração, se referindo ao ponto de interseção entre necessidade, demanda e desejo. A autora levanta, ainda, a ideia de que o dinheiro, na relação transferencial, circula entre as partes envolvidas no processo, não se fixando em nenhum dos lados. Assim, a circulação do dinheiro marca limites para analista e para analisante, diante da

impossibilidade de se construir um significado comum entre ambos. O que circula é, portanto, o dinheiro em sua função significativa, e não em seu significado. Seguindo esse argumento, nos casos em que o pagamento não é realizado via dinheiro, esse limite precisa ser operado pela circulação do dinheiro exclusivamente na realidade do discurso - cabe questionarmos, nesse sentido, se não é assim em qualquer análise, seja ela paga com dinheiro ou não, tratando-se sempre de uma realidade que não está em um para além do discurso. A partir deste argumento, Slemenson (2000) afirma que:

Se aceitarmos estas ideias, concordaremos que, na condução de um processo analítico, não se pode restringir o dinheiro à presença física da moeda ou às quantidades previamente definidas num contrato ou mesmo ao cumprimento pontual do pagamento; menos ainda prescrever segundo tal critério, o da presença ou ausência da cédula monetária, a possibilidade do tratamento psicanalítico. É possível considerar que cédula e pagamento podem não coincidir (sem ou cem?). O que está em foco é o que disso é falado e que está na dependência de uma escuta diferenciada. (Slemenson, 2000, p. 79).

Ainda no que diz respeito às funções com as quais o dinheiro se insere ou não em uma análise, Slemenson (2000) propõe que o dinheiro pode promover um ciframento da grandeza da libido, em relação aos investimentos pulsionais nos objetos. Na medida em que é tomado enquanto significativo, contudo, o dinheiro será oferecido segundo uma referência particular. Neste contexto, é preciso que o sujeito se disponha a se livrar dos ganhos provenientes do sofrimento sintomático, o que envolve, do ponto de vista da economia psíquica, uma perda narcísica. No entanto, afirma a autora, em qualquer análise, caracterizada por uma alteração na economia libidinal que leve o sujeito a assumir sua condição faltante e a pagar com seu narcisismo, há uma perda em jogo - "se há uma análise em curso, esta é sempre cara, pelo narcisismo que se perde." (p. 80). O pagamento de que se trata na análise é, portanto, um pagamento simbólico. Podemos nos perguntar, inclusive, se a presença do dinheiro necessariamente funciona no campo dessa perda simbólica, uma vez que não é incomum nos depararmos com análises que, embora pagas, pouco implicam em uma movimentação da lógica sintomática do analisante. Em sentido semelhante, a questão em torno da gratuidade não pode ser tomada, também, como um a priori - é preciso que ela seja escutada na transferência para que seu manejo possa ser pensado (Slemenson, 2000).

Consideramos importantes também as indicações de Dantas e Tupinambá (2015) de que a psicanálise muito tem pensado as questões relativas ao pagamento a partir de seus conceitos internos, e pouco se propõe a pensar a si mesma a partir da economia política. Entendemos que este é um movimento necessário, uma vez que, por mais peculiar que seja a situação analítica,

ela não está descolada da realidade e não deixa de produzir efeitos políticos. De maneira inversa, as determinações políticas e econômicas têm seus efeitos, sobretudo quando pensamos sobre dinheiro. Como trazem os autores:

Uma recomposição da base salarial afetará o ponto de equilíbrio mínimo entre o quanto um consumidor quer e pode pagar, independentemente de se esse analisando específico goza de oferecer mais do que poderá se comprometer a pagar ao curso da análise. Ele terá que se virar com essa variação no valor e custo das coisas, introduzindo a realidade econômica na realidade libidinal da maneira que puder — sonhar com uma “caixa de jóias” nem sempre tem o mesmo valor psíquico, e isso depende também do preço de uma caixa de jóias. (Dantas e Tupinambá, 2015).

Concordamos em parte com esse posicionamento de Dantas e Tupinambá (2015). Afinal, a psicanálise articular a partir de seus conceitos internos não deve significar que ela esteja fechada ao que se passa no mundo. Todo psicanalista lacaniano é advertido que deve renunciar à psicanálise aquele que ignora sobre a subjetividade da época, sendo na dialética entre princípios psicanalíticos e devir histórico que a psicanálise se posiciona. Dito isso, é importante não pesarmos a mão apenas para um lado, correndo o risco de nos esquecermos que a questão libidinal também permite abrir caminhos outros no campo social, não sendo apenas formatada por esse campo social.

Quando se trata do atendimento a populações em situação de vulnerabilidade econômica, entendemos que o risco de analisar as questões de pagamento puramente do ponto de vista subjetivo é ainda maior, pois, além de inviabilizar o tratamento, pode-se acabar tomando por uma não implicação na análise algo que perpassa o campo de uma realidade construída por condições econômicas. A respeito da possibilidade de existência de clínicas psicanalíticas gratuitas, Ab'saber (2021), propõe que, nestes casos, não há a regulação socialmente desigual e politicamente controlada do dinheiro, abrindo espaço para novas práticas de ocupação da vida e da cidade. Não se trata de defender que toda análise deve ser conduzida de maneira gratuita ou de negar que o manejo com o dinheiro possa exercer efeitos em alguns casos, mas de apontar que, com a presença do dinheiro, há também a presença de um elemento que é desigualmente distribuído, e que campos de possibilidades de atuação também se abrem na sua ausência.

Dantas e Tupinambá (2015) pontuam, ainda, que muitos analistas contrapõem ao preço proposto pelo analisando um excedente, com base na ideia de que a análise envolve uma perda. Neste caso, esta perda no campo das trocas simbólicas seria um equivalente pré-determinado no campo das trocas econômicas, expondo a lógica do mercado. Ainda neste sentido,

retomamos as considerações de Ab'saber (2021), que destaca que a reprodução de sistemas simbólicos neoliberais é contingente, e não necessária à psicanálise, que, afinal, “(...) é uma experiência ético-teórica de transformação, que movimenta *settings* históricos imaginados para ela existir, e não algo fixada a uma forma de *setting* específico.” (p. 510).

Entender que os conceitos psicanalíticos possuem equivalentes fixados em elementos necessários à manutenção do capitalismo é, em suma, entender que a psicanálise estaria limitada em sua própria possibilidade de existência a este sistema. Explicitar isso é necessário para que possamos evidenciar que o campo psicanalítico é também atravessado pelos interesses políticos e sociais que condicionam o trabalho, e não uma experiência a parte em que, necessariamente e magicamente, o dinheiro passaria a assumir um valor puramente libidinal para o analisando, do qual deve ser extraído um excedente pelo analista em um movimento completamente desinteressado, também, de seu valor material. Se um charuto às vezes é só um charuto, uma moeda nunca será apenas uma moeda, mas o que ela significa nem sempre é interpretável do ponto de vista analítico - esteja ela no bolso do analisando ou do analista.

3.4 A função do divã na análise

À parte dos diferentes móveis e artigos de decoração que diferenciam os consultórios de analistas do mundo todo, um item se repete na grande maioria deles: o divã. O que explica esta repetição não é uma questão de gosto em comum - o divã é utilizado por Freud desde a criação da psicanálise e, a partir de então, vem ocupando função importante nos tratamentos analíticos. No entanto, ao tratarmos de uma psicanálise nas ruas, estamos pressupondo a necessidade de desprendimento em relação a alguns dos dispositivos concretos do consultório, como é o caso do divã. Nesse sentido, se faz importante entender como e com quais funções o móvel se insere na dinâmica da análise para, por fim, questionar se é possível pensar uma análise sem ele.

No texto *O início do tratamento*, Freud (2010a/1912) discute sobre a indicação de que o paciente deve se deitar no divã, com o analista atrás dele, fora de seu campo de visão. Essa prática, afirma o fundador da psicanálise, representa um vestígio histórico, remanescente dos tempos de prática da hipnose. As razões históricas não são, contudo, as únicas. Freud segue justificando a utilização do divã com base em um motivo pessoal - o incômodo ao ser olhado durante todo o dia de trabalho - mas também com base em seus possíveis efeitos sobre o processo analítico - enquanto também se entrega a seus pensamentos inconscientes, o psicanalista receia que suas expressões faciais possam afetar o fluxo de associações do analisando. Busca assim, isolar a transferência, para que ela, posteriormente, se mostre como resistência.

Para além desta recomendação técnica clara, o divã aparece de passagem em alguns dos relatos de caso de Freud, demonstrando a continuidade de sua utilização ao longo do tempo. A título de exemplo, a menção de que a paciente se encontrava deitada no divã aparece no relato de caso da Srta. Emmy von N., nos Estudos sobre a Histeria (Freud, 2016/1895) e na História de uma Neurose Infantil, caso conhecido como o “Homem dos Lobos” (Freud, 2010/1918b).

Em *Função e Campo da Fala e da Linguagem* - 1953, Lacan (1998/1966a) menciona o uso do divã ao criticar um estudo experimental, de perspectiva comportamental, sobre a linguagem. Na ocasião, o psicanalista comenta sarcasticamente sobre ser preferível colocar na poltrona do analista o rato-lavador, objeto do estudo, do que o pesquisador em questão. Ao se referir à poltrona na qual se posiciona o analista, Lacan atribui à timidez de Freud o ato de posicioná-la atrás do divã, fora das vistas do analisando. A possibilidade do uso ou não do divã é, também, mencionada de passagem no Seminário, Livro 4, quando Lacan (1995/1994) afirma que “A tensão da situação analítica é concebida sobre a seguinte base: entre um sujeito, deitado

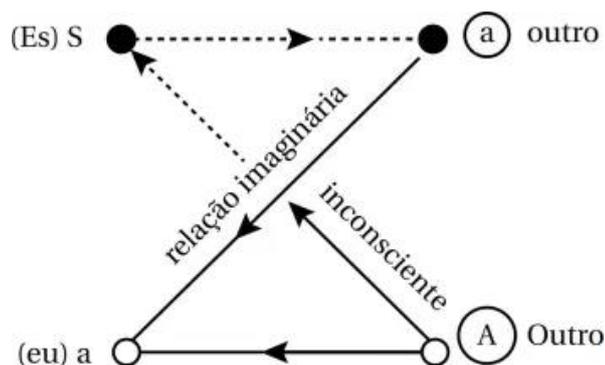
ou não num divã, e o objeto exterior que é o analista, não é possível estabelecer-se e manifestar-se aquilo a que se chama a relação pulsional primitiva” (p. 77).

Assim como faz Freud, Lacan também menciona o divã em alguns de seus relatos e explicações, embora o uso do móvel não seja o foco da discussão nestes trechos em questão. É o caso, por exemplo, de um trecho do Seminário, Livro 5, no qual menciona, a propósito do relato de um ato falho, o trecho: “Trata-se do paciente que, no curso da narrativa de sua história ou de suas associações em meu divã, evocou a época em que, junto à companheira com quem acabou casando perante o juiz, apenas vivia maritalmente” (Lacan, 1999/1998, p. 39). Ou ainda, no Seminário, Livro 10, o psicanalista afirma: “Mas, quando o analista inicia sua prática, não é impossível, graças a Deus, que, por mais que apresente uma ótima disposição para ser analista, ele sinta, desde suas primeiras relações com o doente no divã, uma certa angústia.” (Lacan, 2005/2004, p. 13). Em O Seminário, Livro 11, Lacan (1988/1973) menciona que não é por acaso que a análise não se faz no olho no olho, uma vez que “(...) o plano da reciprocidade do olhar e do olhado é, mais que nenhum outro, propício, para o sujeito, ao álbi. Conviria então, para nossas intervenções na sessão, não fazê-lo estabelecer-se neste plano.” (p. 78).

Ao comentar sobre os apontamentos de Freud a respeito do divã, Quinet (2009/1991) afirma que seu objetivo seria dissolver a predominância do registro imaginário na transferência, de modo que esta possa ser distinguida na fala, campo, por excelência, da análise. O autor utiliza o esquema L, proposto por Lacan (2010/1978), para propor que a passagem ao divã contribui para atacar o muro narcísico representado no esquema pelo trecho a - a' e permitir a passagem da transferência para o eixo de S a A, no campo simbólico.

Figura 8

Esquema I



Ao apresentar o esquema, Lacan (2010/1978) aponta S como sendo o sujeito analítico, aquele que não sabe o que diz. Este sujeito se vê, porém, em a, como um eu, o qual se encontra em estreita relação com seu semelhante, o outro especular, assinalada no esquema pelo a'. Deste

plano da relação entre outros homogêneos é preciso distinguir, contudo, a ordem instituída pelo que Lacan chama de muro da linguagem. Com isso, o psicanalista critica o caminho que a técnica analítica da época vinha tomando, ao se guiar pelo imaginário e pelo intermédio da imagem do outro, e que fundamenta sua direção, essencialmente, com base no eu do analista. A análise deve, ao contrário, seguir no caminho oposto:

Durante toda a duração da análise, mas unicamente com a condição de o eu do analista aceitar não estar aí, unicamente com a condição de o analista não ser um espelho vivo, porém espelho vazio, o que se passa, passa-se entre o eu do sujeito (...) e os outros. O progresso todo da análise consiste no deslocamento progressivo desta relação que o sujeito, a todo momento, pode apreender, para além do muro da linguagem, como sendo a transferência, que é dele e onde ele não se reconhece. (...) A análise consiste em fazê-lo tomar consciência de suas relações não para com o eu do analista, mas para com estes Outros, que são seus verdadeiros fiadores, que respondem por ele, e que ele não reconheceu. (p. 334).

Quinet (2009/1991) comenta, ainda, que, ao apontar que o analista não deve ceder às recusas do analisando quanto à privação do olhar ao se deitar no divã, Freud estaria, também, sustentando que o processo analítico não deve ceder à satisfação da pulsão escópica. Além disso, a passagem para o divã permitiria um convite à auto-observação, não no sentido de uma visão interna, mas do movimento, proposto por Freud, de descrever para o analista todos os pensamentos que ocorrerem, à maneira de um viajante que descreve a paisagem a alguém.

Ao tratar da função do divã de favorecer a emergência do discurso do Outro, Quinet (2009/1991) aponta, contudo, que este não é suficiente para isso, tampouco indispensável, sendo a associação livre a regra fundamental. O autor (2009/1991) lembra, ainda, que, para a IPA, o *setting analítico* é definido por regras: o rigor em relação ao número, à regularidade e à duração das sessões, bem como o uso do dispositivo divã/poltrona. Lacan rompe com a ideia de que o setting analítico estaria ligado a tais regras, mas mantém, como mencionado, o uso do divã. Cabe argumentar, portanto, que a manutenção do uso do divã não deve se justificar a partir de um apego à tradição ou apenas pela continuidade de uma regra, caso em que perderíamos a novidade introduzida pela ética lacaniana. O que também não significa que sua função precisa ser abolida. Nossa proposta é extrair do divã sua função, que pode ser reproduzida em diferentes espaços.

As análises realizadas por meios virtuais têm se mostrado fecundas no sentido de propiciar esta discussão: como fazer com que a função do setting analítico não se perca em um espaço diferente do consultório? Desligar a câmera do analista, deslocar a câmera para outro

ponto que não o rosto do analista ou efetuar a sessão por chamada de áudio são diferentes recursos que podem ser utilizados para cumprir a função de deslocamento visual da figura do analista produzidas pela passagem ao divã.

Nesse sentido, entendemos que o uso do divã não está relacionado ao móvel em si, mas à função que ele exerce no manejo do caso. Cabe lembrar que seu uso não se dá de maneira imediata: a passagem ao divã é utilizada como um marcador para o fim das entrevistas preliminares nos casos de neurose (2009/1991), não como um fim em si mesmo - afinal, o início de uma análise é um movimento, sobretudo, discursivo. Sua não utilização nos casos de psicose nos demonstra que o *setting* analítico é adaptável às necessidades do caso e do contexto.

Portanto, propomos que, de maneira análoga, sua função possa ser adaptada nas experiências das clínicas de rua, desde que levemos em conta este movimento discursivo que é o que, de fato, dá início a uma análise. Estas alterações se fazem necessárias, principalmente, diante de um contexto em que o laço social precarizado, como já apontado, leva a uma massa da população desassistida nos mais diversos sentidos, o que não deixa de gerar questões também no campo subjetivo. Lacan (1998/1966h) aponta a necessidade de um retorno à experiência inaugurada por Freud, uma vez que “usar a técnica que ele instituiu fora da experiência a que ela se aplica é tão estúpido quanto esfalfar-se nos remos quando o barco está encalhado na areia” (p. 590). A partir dessa ideia, propomos que retornar à experiência de Freud não é se prender à técnica pela técnica, mas nos fundamentarmos na experiência do inconsciente enquanto cerne da psicanálise.

3.5 Garimpar o ouro das ruas - do que uma psicanálise não pode abrir mão

Que estejamos propondo que os dispositivos clínicos não devem se manter apenas pela tradição não significa que o setting analítico possa se dar de qualquer maneira. Nesse sentido, para concluir este argumento sobre as possibilidades de constituição de clínicas de rua, procuramos nos questionar, aqui, quais são as condições das quais uma experiência analítica não pode prescindir. Não pretendemos esgotar essa questão que, afinal, diz respeito a anos e anos de produções psicanalíticas, mas sobrevoar alguns dos apontamentos feitos por Lacan ao se propor questão semelhante, quando discute A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1998/1966i), nos utilizando das noções de estratégia, tática e política mencionadas nesse texto.

Lacan (1998/1966i) propõe que o analista é livre no que se refere ao momento, ao número e à escolha de suas intervenções, embora afirme que a interpretação não pode ser desvinculada do entendimento do sujeito como subordinado ao significante. Por outro lado, ao discutir sobre a transferência, afirma que a liberdade do analista neste aspecto é alienada pelos desdobramentos que sua pessoa sofre na transferência. Nesse sentido, afirma ele, todo analista experimenta a transferência, na qual, contudo, seus sentimentos só têm como lugar possível o lugar do morto. É nesse contexto que se situa a afirmação de que “Eis por que o analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática” (p. 595). Adiante, Lacan aponta que, no curso de uma análise, o analista lida com todas as articulações da demanda do sujeito, mas só deve responder a partir da posição da transferência.

Há, no entanto, algo que domina tanto a estratégia quanto a tática: a política. Assim, Lacan afirma que “O analista é ainda menos livre naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política, onde ele estaria melhor situando-se em sua falta-a ser do que em seu ser” (p. 596). Essa política vai na contramão do que a psicanálise da época havia introduzido como medida da realidade, o chamado *ego autônomo*, que Lacan critica: “Uma equipe de *egos* (...) se oferece aos norte-americanos para guiá-los em direção à *happiness*, sem perturbar as autonomias, egoístas ou não, que pavimentam o *American Way* de chegar lá.” (p. 597). Não deve, portanto, estar centrada no ser ou no eu do analista. Pensar em uma política da falta-a-ser nos leva para a questão do desejo, uma vez que Lacan afirma que “o desejo é a metonímia da falta-a-ser.” (p. 629). O desejo se manifesta no intervalo cavado pela demanda, uma vez que o sujeito, na articulação significante, traz à tona a falta-a-ser, na esperança de ser complementado pelo Outro, que é lugar de fala, mas também de falta. A partir da ideia de que o analista faria melhor se situando na falta-a-ser do que em seu ser, podemos apontar a impossibilidade de se

definir o que é *ser* analista a partir de seus dispositivos. Mesmo em um contexto em que estes também faltam, é possível que o desejo do analista dê sustentação à continuidade do processo analítico.

Das proposições de Lacan acerca da direção do tratamento, gostaríamos de extrair para a discussão a ideia de que há aspectos em que o analista é mais ou menos livre em sua atuação. Pensamos poder incluir na tática as particularidades do setting clínico, já discutidas nas seções anteriores, que, em seu valor de intervenção, podem ser manejadas pelo analista com maior flexibilidade, ainda que não com menos rigor em seu aspecto conceitual, uma vez que, como afirma Lacan no mesmo texto, “Não há limite para os desgastes da técnica por sua desconceitualização” (p. 615). A partir desta ideia, entendemos que a flexibilidade tática nos permite projetar um campo de atuação na rua, mobilizando de maneira própria as intervenções pertinentes ao contexto, bem como a presença ou a ausência de dispositivos como o dinheiro e o divã.

A flexibilidade do analista em relação à tática não se estende, contudo, ao seu posicionamento na transferência. Lacan é enfático ao afirmar que ela não deve se estabelecer em uma reeducação, na qual o ‘eu’ do analisando deveria ser moldado a partir do eu do analista. Este, portanto, não deve responder a partir do seu ser - ainda que a ele seja imputado um ser pelo analisando, seus próprios sentimentos não entram no jogo analítico. Nesse sentido, da estratégia, ou seja, da transferência e de seu manejo, a psicanálise, seja ela de rua ou do consultório, não pode prescindir.

Para além disso, a política é o ponto em que, como Lacan propõe, o analista tem menos liberdade. Podemos concluir, portanto, que é esta política que define uma experiência propriamente analítica. Sobre este aspecto, gostaríamos de lembrar a clássica citação da conferência *Caminhos da Terapia Psicanalítica*, em que Freud (1996/1924) postula a necessidade de ampliação do alcance da psicanálise, defendendo que, para isso, ela poderia se unir ao cobre de outros métodos.

É também muito provável que na aplicação em massa de nossa terapia sejamos obrigados a fundir o puro ouro da análise com o cobre da sugestão direta, e mesmo a influência hipnótica poderia ter aí seu lugar, como teve no tratamento dos neuróticos de guerra. (Freud, 1996/1924, p. 218).

Já destacamos anteriormente que essa conferência se inseriu em um contexto de transformação cultural que a psicanálise buscava acompanhar, de modo que o exercício das clínicas públicas adquiriu grande relevância na sociedade psicanalítica da época. No entanto, julgamos pertinente enfatizar, ainda, outro aspecto, levantado por Palumbo, Moreira e

Haritçalde (2018). É notável que Freud tenha defendido que a psicanálise precisaria se modificar para ampliar o seu escopo, abrindo mão de sua "pureza". Cabe destacar que a metáfora utilizada, de substituir o ouro pelo cobre, pode estar de alguma forma implicando em uma valorização de um tratamento em detrimento do outro, o que nos levaria a questionarmos: a quem se dirige essa psicanálise mais pura?

No entanto, pensamos que o diálogo da psicanálise com outros campos se faz pertinente em diferentes contextos, e, de maneira ainda mais pronunciada, nas ruas. Isso porque nos exige discutir, como o percurso deste trabalho tornou evidente, sobre as tendências assumidas pelas políticas públicas, sobre os contornos adquiridos pelo espaço público e por sua ocupação, sobre as características do laço social, em relação ao qual a psicanálise tem importantes contribuições, mas que não se esgota nela. Este diálogo não deve significar, contudo, uma "impureza" para o método.

Assim sendo, defendemos que seguir a indicação freudiana que aponta como necessária a expansão da psicanálise também não deve implicar em abrir mão disso que a torna "ouro". Trata-se, ao contrário, de defender que a existência da psicanálise nas ruas é possível sem abrir mão daquilo do qual ela não pode prescindir, ou seja, sua política - garimpar nas ruas o ouro, que talvez não se encontre em uma falsa ideia de pureza, mas no rigor ético, teórico, metodológico e político com que a encaramos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, consideramos pertinente reunir alguns dos pontos que pudemos extrair a partir de cada uma das partes que compõem este trabalho. Na primeira parte, nos propusemos a discutir a noção de discurso na obra de Lacan, tendo como horizonte, sobretudo, a construção de um entendimento sobre o conceito de discurso capitalista. Essa discussão tornou evidente que, embora os quatro discursos sejam elaborados e formalizados por Lacan em seu Seminário 17 (1992/1991), a noção de discurso perpassa a sua obra desde o início, servindo-nos para pensar como o sujeito é constituído no campo da linguagem, campo esse que envolve, necessariamente, a relação com o Outro.

Também foi possível perceber que o conceito de discurso capitalista é interessante para pensarmos o laço social em seu aspecto discursivo, principalmente a partir da ideia de uma precarização do laço e da primazia da relação com os objetos. No entanto, é importante ressaltar que Lacan não desenvolve extensamente sobre este tema, cabendo, portanto, o diálogo com outros psicanalistas e com autores de outros campos de atuação para dar corpo à discussão. Ainda nesse sentido, pensamos ser importante que futuras pesquisas na psicanálise lacaniana avancem a investigação sobre o discurso capitalista diante dos desdobramentos assumidos pelo laço social capitalista em suas facetas contemporâneas, bem como diante de sujeitos que se situam na periferia do laço social, o que tem consequências particulares para a subjetividade.

Na segunda parte, utilizamos as noções de público e de privado para pensar o público composto pela População em Situação de Rua, as políticas públicas e o espaço público. No que diz respeito à População em Situação de Rua, foi possível traçar uma relação com o discurso capitalista utilizando-se da noção de sintoma, tal como Lacan a apresenta em diferentes momentos de sua obra: não como um problema ou conflito interno, mas como uma questão de ordem transindividual. Nesse sentido, propusemos a ideia de que a População em Situação de Rua se apresentaria como um sintoma do discurso capitalista. Levantamos também apontamentos sobre os diversos estigmas que nomeiam socialmente a População em Situação de Rua, estigmas esses que a psicanálise deve escutar, mas aos quais não deve aderir, valendo-se, para isso, da noção de sujeito, central para a clínica. Foi possível, ainda, perpassar brevemente considerações sobre os dispositivos de cuidado para a População em Situação de Rua - ou sua escassez - em São João del-Rei. A esse respeito, pensamos ser importante que outras pesquisas investiguem, de maneira mais aprofundada, sobre como os equipamentos de saúde e de assistência social lidam com a questão da População de Rua no contexto de uma cidade de médio porte, diante da ausência de dispositivos institucionais já consolidados para

tal. Entendemos, também, que uma clínica psicanalítica, ainda que trabalhe com o sujeito, não se insere em um contexto isolado, sendo necessário que levemos em consideração as características da cidade para pensarmos a inserção da psicanálise nas ruas.

No tocante às políticas públicas, pudemos sintetizar brevemente algumas das tendências apresentadas por tais políticas ao longo da história recente do Brasil. A partir dessa retomada histórica, foi possível refletir sobre alguns dos atravessamentos do discurso capitalista nas políticas públicas ao longo de todo o desenvolvimento do país, pensando em aspectos como a vinculação, no imaginário social, do direito ao acesso às políticas públicas à condição de indivíduos “produtivos”, a partir de sua inserção no mercado de trabalho. Apesar desse atravessamento presente continuamente ao longo da história do país, também pudemos discutir como, em alguns momentos de nossa história recente, a precarização do laço social e de aparatos simbólicos protetivos foi levada a condições extremas.

A discussão sobre o espaço público foi pautada, sobretudo, nas considerações de Henri Lefebvre (2015) a respeito do direito à cidade. O diálogo entre este autor e a psicanálise lacaniana nos permitiu traçar uma analogia entre a cidade, entendida como um texto, e o texto da fala, material da análise. As considerações de Lefebvre possibilitaram pensar a supervalorização do valor de troca das cidades, em detrimento de seu valor de uso, e o apagamento da cidade enquanto um espaço de encontro, uma vez que as relações com o espaço urbano passam, cada vez mais, pela via do consumo. Pensando especificamente sobre a População em Situação de Rua, trouxemos à discussão a noção de aporofobia, que se manifestaria nas cidades a partir de uma arquitetura hostil à circulação, à sociabilidade e à ocupação da cidade pela População em Situação de Rua. No entanto, como traz Lefebvre, a cidade e o urbano persistem, sendo criados espaços de encontro. É a partir dessa possibilidade que propusemos a ideia de que a psicanálise poderia ser um dos agentes de ocupação da cidade sem ter como finalidade o valor de troca.

Com base no que foi discutido, a terceira parte introduz a discussão sobre o que chamamos de clínicas de rua. Como apontado, uma das noções mais caras à psicanálise lacaniana é a de sujeito, estruturalmente dependente da linguagem, e que não pode ser esgotado pela identificação com uma imagem, sendo, essencialmente, sujeito do inconsciente. Sustentamos, aqui, que trabalhar com o sujeito nos permite estar além de significados fixos e sentidos pré-determinados.

Resgatamos, ainda, na história da psicanálise, algumas das experiências que inauguraram a possibilidade e, mais do que isso, a necessidade de ampliação do acesso à análise para populações economicamente menos favorecidas. Dos tempos de Freud aos dias atuais,

diversas clínicas se constituíram tendo essa ideia em seu horizonte. No entanto, ao analisarmos a história da psicanálise, é possível perceber que este movimento não é uma constante, sendo fortemente atravessado pelo contexto social e político, bem como pelo próprio movimento da psicanálise, a qual não permanece imune a esse contexto.

Nesta discussão, se fez necessário pensar sobre os dispositivos clássicos da psicanálise, como o dinheiro e o divã, e sobre a sua utilização ou não em uma clínica de rua. No caso do dinheiro, foi possível observar que este é, ainda, um tema controverso dentro do campo psicanalítico, uma vez que não há concordância nos argumentos utilizados para sustentar a ideia de que uma análise precisa ser paga em dinheiro. Embora, por vias diferentes, diversos psicanalistas concordem com essa necessidade, outros autores vêm trabalhando com a ideia de que podemos pensar uma análise para além do uso compulsório do pagamento em dinheiro. Para além dessas duas posições, propusemos a necessidade de refletir sobre as consequências de se sustentar uma equivalência entre os conceitos que compõem o arcabouço psicanalítico e as contingências de um *setting* constituído dentro de uma sociedade capitalista. Defendemos, ainda, a ideia de que pensar o dinheiro puramente do ponto de vista subjetivo pode nos fazer incorrer no risco de tratar como uma questão individual as consequências da persistência da desigualdade em nossa sociedade.

No que se refere ao divã, entendemos que sua importância na análise se deve, não ao móvel em si, mas à função que ele exerce ao tirar o analista do campo visual do analisando. Para ambos os dispositivos clínicos, foi possível pensar que, embora possam ser ferramentas no manejo, os movimentos da análise acontecem, via de regra, no campo discursivo - assim, em sua ausência, propomos que sua função seja assegurada pela fala.

Discutir sobre a necessidade de repensarmos a função desses elementos na clínica nos levou a pensar sobre o que, de fato, constitui uma experiência psicanalítica. Embora cientes de que seria impossível esgotar todo o campo da práxis analítica, nos utilizamos das ideias de tática, estratégia e política para pensar em quais pontos o analista tem maior ou menor liberdade. Pensamos ser possível englobar na tática as particularidades do manejo, incluindo os dispositivos clínicos discutidos, em relação aos quais o analista é mais livre. Da transferência, contudo, pensada enquanto estratégia, não se pode escapar, e menos ainda da política, a partir da qual se pode pensar em uma estratégia e uma tática, e que não deve se centrar no eu do analista, mas na falta-a-ser.

Diante do exposto, apontamos ser possível pensar, para concluir este trabalho, em duas perguntas, que, de certa maneira, sustentaram a aposta que o guiou, e nortearam esta pesquisa

para que os argumentos que a compõem fossem construídos: Como pode a psicanálise contribuir frente à "questão da rua", e como pode a rua contribuir com a psicanálise?

Entendemos que trazer a rua à psicanálise, isto é, incorporar à psicanálise a discussão sobre a rua, nos leva a confrontar seus limites e suas possibilidades; nos leva a refletir sobre a função dos diferentes aspectos que compõem uma clínica, nos leva a uma escuta atenta, sensível ao campo social, ainda que não fixada em seus significados; nos leva a pensar sobre as consequências políticas de diferentes leituras sobre os mesmos conceitos; nos leva a dialogar com outros campos de conhecimento, movimentando as lacunas em direção a novas pontes; nos leva, enfim, a construirmos uma psicanálise, fora ou mesmo dentro dos consultórios, que não seja limitada às suas quatro paredes - as físicas e as metafóricas.

Trazer a psicanálise à rua, por outro lado, pode nos ensinar que a rua não tem um significado comum para todos; pode nos lembrar que nomes e discursos moldam percepções, e que nomear-se por si mesmo é um ato que não pode ser negligenciado; pode nos fazer ver que há coisas que se tenta esquecer, mas que insistem, nos discursos, nas políticas, nas cidades, e que é atrás delas que seguiremos, sustentando a ideia de que, onde quer que seja, se há um ser falante, há um sujeito que merece, se assim desejar, ser escutado.

É assim que uma clínica que seja, propriamente, uma clínica psicanalítica de rua, poderia se fazer existir: permitindo que a rua invada e subverta a psicanálise e que a psicanálise contribua com a construção de um projeto emancipatório para a População em Situação de Rua.

REFERÊNCIAS

- Ab'Saber, T. (2021). A clínica aberta e o analista grupo: suas transferências e o comum. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 24, 501-511. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n4p501.1>.
- Alemán, J. (2016). *Horizontes neoliberales en la subjetividad*. Buenos Aires: Grama.
- Andrade, D. D. C. M. (2018). Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. *Revista História: debates e tendências*, 18(3), 408-419. DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.18n.3.8597>.
- Barbosa, J. C. (2018). Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados. *Dissertação de mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Recuperado de: http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/jose_carlos_gomes_barbosa.pdf.
- Batista, G. (2007). Entre o verbo e a verba. *Epistemo-somática*, 4(2), 91-98. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-20052007000200009.
- Birman, J. (1994). *Psicanálise, ciência e cultura*. Editora Jorge Zahar.
- Boonen, C., & Calazans, R. (2017). A noção de sujeito do inconsciente como situação imanejada. *Tempo psicanalítico*, 49(1), 98-122. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382017000100006#:~:text=A%20no%C3%A7%C3%A3o%20de%20sujeito%20do%20inconsciente%20representa%20um%20fundamento%20cl%C3%ADnico,das%20no%C3%A7%C3%B5es%20principais%20da%20psican%C3%A1lise.
- Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. Recuperado de: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf.
- Broide, J. (2019a) Prefácio. In: Danto, E. A. (2019) *As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social, 1918-1938*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Broide, J. (2019b). A clínica psicanalítica na cidade. In Broide, E. & Katz, I. (Orgs.) *Psicanálise nos espaços públicos*. (pp. 48-65). São Paulo: IP/USP.
- Calazans, R. & Matozinho, C. (2021). *Pandemia e neoliberalismo: a melancolia contra o novo normal*. Mórula Editorial.
- Caldas, H., & Boechat, C. (2018). A Clínica Psicanalítica na Rua diante da Violência e Segregação. *Revista Subjetividades*, 18, 13-23. DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v18iEsp.6206>.

- Calligaris, Contardo. (2004), Comunicação oral no Centro de Estudos Psicanalíticos. São Paulo.
- Castilho, D. R., & Lemos, E. L. D. S. (2021). Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálysis*, 24, 269-279. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>.
- Cerqueira, A. S. T. (2011). *Evolução do Processo Social População em Situação de Rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais*. [Trabalho de conclusão de curso]. Universidade de Brasília. Recuperado de: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2573/1/2011_AmaranthaSaTelesdeCerqueira.pdf.
- Chaves, W. C. (2002). A noção lacaniana da subversão do sujeito. *Psicologia: ciência e profissão*, 22(4), 68-73. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000400008>.
- Cidade de SP terá a partir desta segunda na Praça da Sé mutirão para oferecer serviços à população em situação de rua. (2022, 20 de novembro). *G1*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/20/cidade-de-sp-tera-a-partir-desta-segunda-na-praca-da-se-mutirao-para-oferecer-servicos-a-populacao-em-situacao-de-rua.ghtml>.
- Comando Militar do Sudeste afirma que barracas montadas em SP são para ação social. (2022, 21 de novembro). *Gazeta do Povo*. Recuperado de: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/comando-militar-do-sudeste-afirma-que-barracas-montadas-em-sp-sao-para-acao-social/>.
- Cohn, A. (2020). As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 129-160. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-129160/109>.
- Costa, D. L. (2007). A Rua em Movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. [*Dissertação de mestrado*. Universidade de São Paulo]. Recuperado de: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20122007-140625/pt-br.php>.
- Cruz, D. U. (2022). Políticas sociais e agenda conservadora do Governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. In: Zimmermann, C. R. & Cruz, D. U. (Orgs.) *Políticas Sociais no Governo Bolsonaro: Entre descasos, retrocessos e desmontes*. Editora Pinaúna. (pp. 53-72).
- Dantas, D., & Tupinambá, G. (2015). O analista cobra, o paciente paga—e a economia política dá o troco. *Revista Lacuna, artigo n. zero*. Recuperado de: <https://revistalacuna.com/2015/09/29/o-paciente-paga-o-analista-cobra-ea-economiapolitica-da-o-troco>.
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social, 1918-1938*. (M. Goldszajn, Trad.) Editora Perspectiva.
- Decreto 2º 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências. Recuperado de: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7053&ano=2009&ato=b99MzZE5UeVpWT33d>.

- Delgado, M. (2022, 15 de março). Brasil tem “boom” de população de rua, que segue invisível. *DW*. Recuperado de: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-tem-boom-de-popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-que-segue-invis%C3%ADvel-para-o-poder-p%C3%BAblico/a-61135058>.
- DÍVIDA DE DROGAS: PM evita que morador de rua acorrentado fosse morto e jogado no rio Madeira. (2022, 20 de novembro). *Rondônia Ao Vivo*. Recuperado de: <https://www.rondoniaovivo.com/noticia/policia/2022/11/20/divida-de-drogas-pm-evita-que-morador-de-rua-acorrentado-fosse-morto-e-jogado-no-rio-madeira.html>.
- Emenda Constitucional nº 95. (2016, 15 de dezembro). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Casa Civil*. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm.
- Fink, B. (1998). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. (M. L. S. Câmara, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Zahar. (Obra original publicada em 1995).
- Freud, S. (1996). Linhas de progresso na terapia psicanalítica (1919 [1918]). *Uma Neurose Infantil e outros trabalhos (1917-1918)*, (Vol. 17). (pp. 169-183). (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). Editora Imago. (Obra original publicada em 1924).
- Freud, S. (2010a). O início do tratamento (P. C. Souza, Trad.). In: *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatada em Autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. Obras Completas Volume 10. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (2010b). História de uma neurose infantil. (P. C. Souza, Trad.). In: História de uma neurose infantil [“O Homem dos Lobos”], Além do Princípio do Prazer e outros textos. Obras completas Volume 14. (Obra original publicada em 1918).
- Freud, S. (2016). *Estudos sobre a Histeria*. (L. Barreto, Trad.). Obras Completas Volume 2. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1895).
- Governo lança campanha ‘Brasil não pode parar’ contra medidas de isolamento. (2020, 27 de março). *CNN Brasil*. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento/>.
- Guimarães, T. & Jardim, R. M. M. (2019). Apontamentos sobre o horizonte crítico do Psicanálise na Rua. *Teoría y Crítica de la Psicología*, (12), 315-339. Recuperado de <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/291/247>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). Estimativas dada população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2021. Recuperado de: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf.

- Lacan, J. (1972). Do discurso psicanalítico. (S. R. Felgueiras, Trad.) Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5767159/mod_resource/content/1/DO%20DISCURSO%20PSICANAL%C3%8DTICO%20-%20Lacan.pdf.
- Lacan, J. (1988). *O Seminário: Livro 11*. (M. D. Magno, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1973).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário: Livro 17 (1969-1970)*. (A Roitman, Trad.). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1991).
- Lacan, J. (1995). *O Seminário: Livro 4 (1956-1957) - A relação de objeto*. (D. D. Estrada, Trad.). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1994).
- Lacan, J. (1998a). Função e campo da fala e da linguagem. In.: *Escritos*. (pp. 238-324) (Ribeiro, V., Trad.). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (1998b). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In.: *Escritos*. (pp. 127-151). (Ribeiro, V., Trad.). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (1998c). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelado na experiência psicanalítica. (Ribeiro, V., Trad.) In.: *Escritos*. (pp. 96-103). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (1998d). Para além do princípio de realidade. (Ribeiro, V., Trad.) In.: *Escritos*. (pp. 77-95). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (1998e). Formulações sobre a causalidade psíquica - 1946. (Ribeiro, V., Trad.) In.: *Escritos*. (pp. 152-194). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (1998f). A agressividade em psicanálise. (Ribeiro, V., Trad.) In.: *Escritos*. (pp. 104-126). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (1998g). Posição do Inconsciente. (Ribeiro, V., Trad.) In.: *Escritos* (pp. 843-864). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (1998h). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. (Ribeiro, V., Trad.) In.: *Escritos*. (pp. 537-590). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (1998i). A direção do tratamento e os princípios do seu poder. (Ribeiro, V., Trad.) In.: *Escritos*. (pp. 591-652). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (1999). *O Seminário, Livro 5 (1957-1958) - As formações do inconsciente*. Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1998).
- Lacan, J. (2003a). Televisão. In.: *Outros Escritos*. (pp. 508-543). (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 2001).

- Lacan, J. (2003b). Discurso de Roma. In.: *Outros Escritos*. (pp. 139-172). (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 2001).
- Lacan, J. (2003c). Radiofonia. In.: *Outros Escritos*. (pp. 400-443). (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 2001).
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, Livro 10 (1962-1963) - A angústia*. Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 2004).
- Lacan, J. (2010). *O Seminário: Livro 2*. (M. C. L. Penot, Trad.). Jorge Zahar Editora (2a ed). (Obra original publicada em 1978).
- Lefebvre, H. (2015). *O direito à cidade*. (R. E. Frias, Trad.) Editora Centauro, (5a edição). (Obra original publicada em 1968).
- Levy, W. (2022, 10 de fevereiro). Aporofobia e a arquitetura das cidades. *Uol*. Recuperado de: <https://noticias.uol.com.br/colunas/wilson-levy/2022/02/10/aporofobia-e-a-arquitetura-das-cidades.htm>.
- Lima, T. C. S. D., & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista katálisis*, 10, 37-45. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>
- Lima, R. A. (2019). Clínicas Públicas nos primórdios da psicanálise: uma introdução. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 12, 292-314. Recuperado de <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/292/242>.
- Lispector, C. (2020). *A Paixão Segundo G. H.* Editora Rocco Digital.
- Marino, A. S. & Neto, A. R. C. (2019). Psicanálise na Praça Roosevelt: uma experiência clínico-política em um espaço público. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 12, 352-367. Recuperado de <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/289/246>.
- Martins, R. C. R. (2016). A escuta ético-política na rua. [*Dissertação de mestrado*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)]. Recuperado de: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17139/1/Raonna%20Caroline%20Ronchi%20Martins.pdf>.
- Melito, L. (2018, 22 de setembro). População de rua deve ficar fora do Censo 2020. *Agência Brasil*. Recuperado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/populacao-de-rua-deve-ficar-fora-do-censo-2020>.
- Morador de rua é socorrido de helicóptero após ter corpo queimado em Sete Lagoas. (2022, 19 de novembro). *Teclê Mídia*. Recuperado de: <https://teclmedia.com/2022/11/19/morador-de-rua-e-socorrido-de-helicoptero-apos-ter-corpo-queimado-em-sete-lagoas/>.
- Morador de rua tem corpo incendiado durante briga em Sete Lagoas. (2022, 19 de novembro). *O Tempo*. Recuperado de: <https://www.otempo.com.br/cidades/morador-de-rua-tem-corpo-incendiado-durante-briga-em-sete-lagoas-1.2769034>.

- Morador de rua tem corpo queimado no bairro Boa Vista. (2022, 19 de novembro). *Sete Lagoas*. Recuperado de: <https://setelagoas.com.br/noticias/cidade/84195-morador-de-rua-tem-corpo-queimado-no-bairro-boa-vista>.
- Morador de rua é encontrado morto em Guaratinguetá. (2022, 21 de novembro). *GI*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/11/21/morador-de-rua-e-encontrado-morto-em-guaratingueta.ghtml>.
- Moreira, L. E., Bulamah, L. C., & Kupermann, D. (2014). Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 3(4), 173-200. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972014000100009.
- Napoleão, V. (2022, 17 de novembro). População em situação de rua terá novo equipamento de assistência social na parte alta. *Prefeitura de Maceió*. Recuperado de: <https://maceio.al.gov.br/noticias/semas/populacao-em-situacao-de-rua-tera-novo-equipamento-de-assistencia-social-na-parte-alta>.
- Natalino, M. (2023). Estima da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022). Nota Técnica nº 103. Recuperado de: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11604>.
- Natalino, M. (2020). Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Nota técnica nº 73. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf.
- Nery Filho, A., & Valério, A. L. R. (Orgs.) (2010). *Módulo para capacitação dos profissionais do projeto consultório de rua*. Brasília: SENAD.
- Oliveira, M. G. P. N. D. (2009). Consultório de rua: relato de experiência. [Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia (UFBA)]. Recuperado de: <https://cetadobserva.ufba.br/pt-br/conversacoes/consultorio-de-rua-relato-de-uma-experiencia>.
- Oliveira, R. (2022, 20 de novembro). Morador de rua tem 90% do corpo queimado durante briga em Sete Lagoas. *Hoje em dia*. Recuperado de: <https://www.hojeemdia.com.br/minas/morador-de-rua-tem-90-do-corpo-queimado-durante-briga-em-sete-lagoas-1.933500>.
- Palumbo, J. H. P., Moreira, L. E. D. V., & Haritçalde, C. (2018). Por uma história das políticas da psicanálise: institucionalização, formação e posicionamento político dos analistas 1. *Psicologia USP*, 29, 96-105. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-656420170071>.
- PEC da transição é promulgada no Congresso. (2022, 21 de dezembro). *Site Câmara dos Deputados*. Recuperado de: <https://www.camara.leg.br/noticias/931149-pec-da-transicao-e-promulgada-pelo-congresso/>.

- Peixoto, D. & Marinato, L. (2021, 25 de fevereiro). Quando a história é de resiliência em meio à dificuldade. O globo Recuperado de <https://oglobo.globo.com/rio/quando-historia-de-resiliencia-em-meio-dificuldade-24890518>.
- Peterlevitz, L. R. (2018, 7 de agosto). O servo sofredor em Isaías 52.13-53.12. *Teologia Brasileira*. Recuperado de <https://teologiabrasileira.com.br/o-servo-sofredor-em-isaias-52-13-53-12/>.
- Pinheirense pede ajuda para dar melhores condições a morador de rua com deficiência em Luíslândia do Oeste (JK.). (2022, 18 de novembro). *JP Agora*. Recuperado de: <https://jpagora.com/pinheirense-pede-ajuda-para-dar-melhores-condicoes-a-morador-de-rua-com-deficiencia-em-luizlandia-do-oeste-jk/>.
- Pochmann, M. (2017). Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. *Educação & Sociedade*, 38, 309-330. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176603>.
- População em Situação de Rua receberá atendimento jurídico e social na Praça da Sé. (2022, 19 de novembro). *O SÃO PAULO*. Recuperado de: <https://osaopaulo.org.br/sao-paulo/populacao-em-situacao-de-rua-recebera-atendimento-juridico-e-social-na-praca-da-se/>.
- Portaria nº 122. (2011, 25 de janeiro). Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Diário Oficial da União, nº 19, Recuperado de: http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/portaria_122_25_01_2011.pdf.
- Portaria nº 2488 de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia de Saúde da Família (ESF), e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Recuperado de: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html.
- Portaria nº 1255 de 18 de junho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua e os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua, por município e Distrito Federal, por meio da alteração da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da União, nº 114, Brasília - DF. 21 de junho de 2022, p. 91. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.255-de-18-de-junho-de-2021-326852389>.
- Público. (2023). In. *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Editora Melhoramentos. Recuperado de: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/publico>.
- Privado. (2023). In: *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Editora Melhoramentos. Recuperado de: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/privado>.

- Queiroz, T. (2020, 25 de dezembro). Sob o minhocão, moradores em situação de rua montam presépios e árvores de natal. ESTADÃO, Recuperado de <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sob-o-minhocao-moradores-em-situacao-de-rua-montam-presepios-e-arvores-de-natal,70003562483>.
- Quinet, A. (2009). *As 4+ 1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Primeira edição publicada em 1991).
- Ramalho, R. (2022, 21 de novembro). Alexandre de Moraes ouvirá movimentos da população de rua em ação do MTST. *Gazeta do Povo*. Recuperado de: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/alexandre-de-moraes-ouvira-movimentos-da-populacao-de-rua-em-acao-do-mtst/>.
- Reunião debate ações para Assiste Campinas e população em situação de rua. (2022, 21 de novembro). *Portal da Prefeitura de Campinas*. Recuperado de: <https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/46623>.
- Reverbel, P. (2020, 14 de outubro). Russomano reafirma que falta de banho pode tornar morador de rua imune à COVID-19. ESTADAO. Recuperado de <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,russomano-reafirma-que-falta-de-banho-pode-tornar-morador-de-rua-imune-a-covid-19,70003475277>.
- Rolnik, R. & Marino, A. (2022, 14 de abril). Explosão da população em situação de rua e os desafios da emergência habitacional. *FOLHA DE SÃO PAULO*. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/explosao-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-os-desafios-da-emergencia-habitacional.shtml>.
- Rosa, M. D. (2018). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento psíquico*. Editora Escuta. (2a ed.) (Obra original publicada em 2016).
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista mal-estar e subjetividade (IV)*2, p. 329 - 348. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008.
- Rosa, M. D., Alencar, S. & Martins, R. (2018). Licença para odiar: uma questão para a psicanálise e a política. In: (Rosa, M. D., Costa, A. M. M. & Prudente, S., Orgs.). *As escritas do ódio: psicanálise e política*. Editora Escuta. (pp. 15-32).
- Safatle, V. (2008). *Cinismo e falência da crítica*. Editora Boitempo.
- Salgado, R. R. S. P. (2018). População em situação de rua: desafios dos profissionais nos serviços de saúde mental. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2018.1014485>.
- Santana, C. (2014). Consultórios de rua ou na rua? Reflexões sobre políticas de abordagem à saúde da população de rua. *Cadernos de Saúde Pública*, 30(8), 1798-1799. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XCA010814>.

- Sarraillet, M. I. (2020). La dimensión del síntoma en el psicoanálisis de Lacan. *El Rey Está Desnudo: Revista del psicoanálisis por venir*, 13(16), 191-200. Recuperado de: <http://elreyestadesnudo.com.ar/wp-content/uploads/2020/08/15.-La-dimensi%C3%B3n-del-s%C3%ADntoma-en-el-psicoan%C3%A1lisis-de-Lacan-Mar%C3%ADa-In%C3%A9s-Sarraillet.pdf>.
- Schmidt, J. P. (2018). Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. *Revista do direito*, (56), 119-149. DOI: <https://doi.org/10.17058/rdunisc.v3i56.12688>.
- Silva, M. L. L. D. (2006). *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. [Dissertação de mestrado]. Universidade de Brasília. Recuperado de: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20Oda%20Silva.pdf.
- Silva, T. D., Natalino, M. & Pinheiro, M. B. (2020). População em Situação de Rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Nota técnica nº 74. Recuperado de https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10078/1/NT_74_Diest_Disoc_Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf.
- Silveira, A. R. (2019). A Rua de Cada Um. *Revista Eletrônica do IPSM-MG – Almanaque*. Recuperado de: <https://www.institutopsicanalise-mg.com.br/index.php/a-rua-de-cada-um>.
- Slemenson, K. (2000). \$em? *. *Pulsional Revista de Psicanálise*. (XIV) 142, 76-87. Recuperado de: <https://pdfcoffee.com/qdownload/sem-sobre-a-inclusao-e-o-manejo-do-dinheiro-numa-psicanalise-pdf-free.html>.
- Soares, F. (2018). Aporofobia e a ética da corresponsabilidade e da hospitalidade cosmopolita em Adela Cortina. *Revista Brasileira de Bioética*, 14, 1-13. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbb.v14i0.16729>.
- Soler, C. (2011). O discurso capitalista. *Stylus*. Rio de Janeiro (22), p. 55-67. DOI: <https://doi.org/10.31683/stylus.vi22.816>.
- Sousa, C. R. M., & Costa, R. M. C. B. (2021). Pedras Paulistanas: a arquitetura hostil a serviço da “bio-necropolítica”. *Revista de Direito*, 13(03), 01-33. DOI: <https://doi.org/10.32361/2021130312817>.
- Souza, L. (2022, 21 de novembro). TRF faz mutirão de atendimento à População em Situação de Rua em SP. *Agência Brasil*. Recuperado de: <https://portal.pucminas.br/biblioteca/documentos/APA-7-EDICAO-2022-NV.pdf>.
- Tenório, D. (2022, 21 de novembro). Morador de rua em Juazeiro esfaqueia ex-namorada e termina preso. *F5 Cariri*. Recuperado de: <https://www.f5cariri.com.br/2022/11/morador-de-rua-em-juazeiro-esfaqueia-ex.html>.

- Tiengo, V. M. (2021). A pandemia e seus impactos para a população em situação de rua. *Revista de Políticas Públicas*, 25(1), 46-62. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321171223004/>.
- TJPR sedia Audiência Pública sobre a População em Situação de Rua. (2022, 18 de novembro). *Tribunal de Justiça do Estado do Paraná*. Recuperado de: https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/tjpr-sedia-audiencia-publica-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua/18319?inheritRedirect=false.
- Torres, R. e Lopes, M. B. (2020, 7 de fevereiro). Escutar as ruas é desafio das clínicas públicas de psicanálise. *Com ciência: Revista eletrônica de jornalismo científico*. Recuperado de: <https://www.comciencia.br/escutar-as-ruas-e-desafio-das-clinicas-publicas-de-psicanalise/>.
- Tribunal Federal da 3ª Região promove mutirão para atender pessoas em situação de rua. (2022, 17 de novembro). *Conselho Nacional de Justiça*. Recuperado de: <https://www.cnj.jus.br/tribunal-federal-da-3a-regiao-promove-mutirao-para-atender-pessoas-em-situacao-de-rua/>.
- TRT-2 participa de mutirão para atender população em situação de rua em São Paulo nesta segunda [21/11]. (2022, 17 de novembro). *Justiça do Trabalho - TRT 2º Região*. Recuperado de: <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/trt-2-participa-de-mutirao-para-atender-populacao-em-situacao-de-rua-em-sao-paulo-nesta-segunda-21>.
- TV TEM. (2022, 16 de novembro). Morador em situação de rua é aprovado em concurso público no interior de SP: ‘Esperança’. *G1*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2022/11/16/morador-em-situacao-de-rua-acolhido-em-votorantim-e-aprovado-em-concurso-publico-esperanca.ghtml>.
- Vale, A. R., Dalla Vecchia, M. “UPA é nós aqui mesmo”: as redes de apoio social no cuidado à saúde da população em situação de rua em um município de pequeno porte. *Revista Saúde Soc.* São Paulo, v.28, n.1, p.222-234. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180601>.
- Varanda, W., & Adorno, R. D. C. F. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e sociedade*, 13, 56-69. Recuperado de <https://www.scielo.org/article/sausoc/2004.v13n1/56-69/>.
- Viviani, A. L. (2014). Considerações sobre o dinheiro na psicanálise. *Ide*, 37(58), 59-69. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062014000200006.
- Wijk, L. B. V., & Mângia, E. F. (2019). Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 3357-3368. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711511>.
- Zimmermann, C. R. (2022). Conservadorismo como linha auxiliar do liberalismo nas políticas sociais do Governo Bolsonaro. In: Zimmermann, C. R. & Cruz, D. U. (Orgs.) *Políticas Sociais no Governo Bolsonaro: Entre descasos, retrocessos e desmontes*. Editora Pinaúna. (pp. 37-52).

Zizek, S. (1991). O segredo da forma-mercadoria: por que Marx inventou o sintoma? In: *O mais sublime dos histéricos - Hegel com Lacan*. Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1988).